

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2015



Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Capital Social EUR 30.000.000
C.R.C. do Porto e Pessoa Colectiva N° 502 774 312
Rua Júlio Dinis n° 158/160 2° 4050-318 Porto
Tel. 226 084 300 Fax. 226 099 725
Linha de Apoio ao Cliente: 210 348 623
www.montepiocredito.pt

Ao Acionista Único,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração do Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, Balanço e Contas relativos ao exercício de 2015.

ÍNDICE

- 1. SUMÁRIO EXECUTIVO**
- 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**
- 3. PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE**
- 4. PRINCIPAIS EVOLUÇÕES DO MERCADO**
- 5. PRINCIPAIS LINHAS ESTRATÉGICAS**
- 6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO**
- 7. POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO**
- 8. RECURSOS HUMANOS**
- 9. MARKETING**
- 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**
- 11. ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO**
- 12. NOTAS FINAIS E RECONHECIMENTOS**

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

RENDIBILIDADE

- O Resultado Antes de Impostos atingiu os 12,4 milhões de euros (face a 4,4 milhões de euros em 2014);
- A rentabilidade de capitais próprios (ROE) atingiu os 38,1%;
- A rentabilidade do ativo (ROA) foi de 2,57%.

SOLIDEZ

- Reforço dos capitais próprios em +38,9% e dos fundos próprios em +23,8%;
- O rácio de capital total teve uma evolução positiva em +2,4 p.p., atingindo 13,6%;
- O rácio de *common equity tier 1* (igual ao *core tier 1*) evoluiu de 7,1% para 10,9%.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTO

- O rácio de crédito com incumprimento reduziu 4,5 p.p., para 5,9% (10,4% em 2014);
- O rácio de crédito em risco reduziu 4,1 p.p., para 7,1% (11,2% em 2014).

ATIVIDADE COMERCIAL

- Melhoria expressiva da atividade comercial, tendo a carteira de crédito registado uma expansão de 4,5% - aumento da carteira de crédito vincendo em 10,2% e redução da carteira de crédito vencido em 42,4%;
- Reforço do posicionamento do Montepio Crédito como IFIC especialista no apoio à atividade económica dos segmentos de Transportes e Logística. A carteira de crédito a equipamentos, na sua maioria representada por crédito à aquisição de veículos pesados e semirreboques, cresceu 17,8%;
- O Produto Bancário registou um crescimento de 106,1%;
- O Ativo Líquido teve um incremento de 8,4%.

ESTRUTURA E EFICIÊNCIA

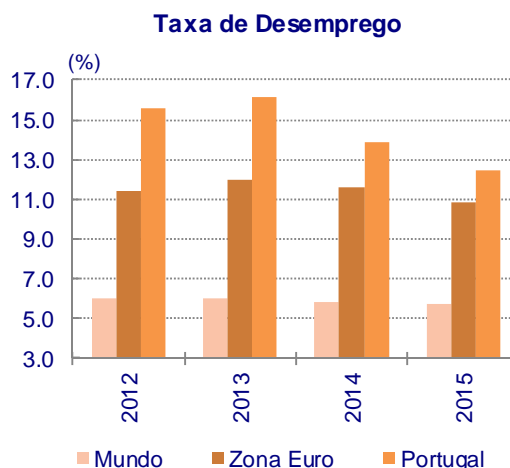
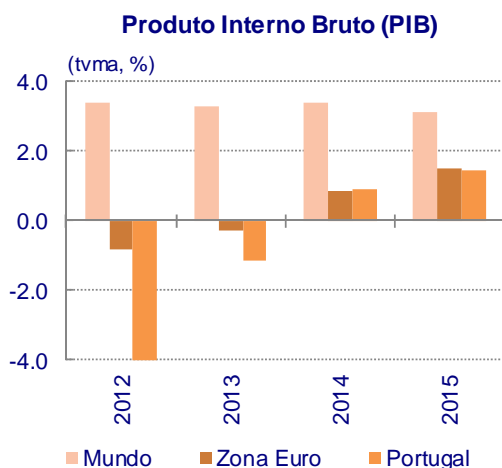
- Os encargos de estrutura apresentaram um aumento de 8,6%;
- O rácio de *cost-to-income* registou um decréscimo de 32,8 p.p., situando-se em 36,5% (69,3% em 2014).

RECURSOS HUMANOS

- Distinção da empresa e dos seus trabalhadores com o prémio de excelência no trabalho, atribuído pela Heidrick & Struggles, o INDEG-IUL e a Human Resources Portugal.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia mundial terá crescido 3,1% em 2015 (estimativa do FMI), traduzindo uma desaceleração face ao crescimento de 3,4% observado em 2014. Esta desaceleração refletiu, em grande medida, uma recuperação mais lenta do que era expectável das economias emergentes e em desenvolvimento, responsáveis por mais de 70% do crescimento global – a diminuir, pelo quinto ano consecutivo, enquanto as economias avançadas continuaram a recuperar de forma moderada. Para 2016, o FMI prevê uma aceleração do crescimento mundial para 3,4%. Os riscos que poderão afetar a economia global durante o presente ano continuam a incluir a desaceleração económica nas economias emergentes, a alteração do modelo de crescimento da China, os reduzidos preços das matérias-primas e a normalização gradual da política monetária nos EUA. Acresce que a volatilidade nos mercados financeiros, neste início de ano de 2016 poderá também ter impactos negativos sobre a atividade económica, quer por via das expectativas desfavoráveis dos agentes económicos, podendo consubstanciar-se em adiamento das decisões de consumo e de investimento, quer pelo alargamento dos prémios de risco, tornando as condições financeiras mais restritivas para o setor privado.



ZONA EURO

Depois de o PIB ter crescido 0,9% em 2014, regressando aos crescimentos anuais depois de dois anos a contrair (-0,3% em 2013) – em grande medida como resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros –, a economia da Zona Euro, em 2015, deu continuidade ao processo de gradual recuperação, tendo crescido 1,5%. A Alemanha continuou a apresentar um dos maiores dinamismos económicos da Zona Euro, com um crescimento de 1,4% em 2015, bem como Espanha que observou um crescimento bem superior em 2015 (+3,2%), destacando-se claramente pela positiva entre os países da região. A Itália regressou, finalmente, aos crescimentos (+0,6%), após três anos a contrair, enquanto a França viu o crescimento acelerar para 1,1%, sendo, juntamente com a Alemanha, as duas únicas destas quatro maiores economias da região que já ultrapassaram os níveis de atividade pré-crise 2008/09.

Refletindo a gradual recuperação das economias, a **taxa de desemprego** da Zona Euro prosseguiu a tendência de ligeira melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 11,4%, em dezembro de 2014, para 10,4% em dezembro 2015, ficando apenas a 1,7 pontos percentuais (p.p.) dos máximos históricos desde o início da série (1990), observados entre março e maio de 2013, continuando, assim, a revelar um mercado laboral ainda bastante deteriorado.

Ao nível da **taxa de inflação** (medida pela variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor - IHPC) depois de ter estado no início de 2015 (-0,6% em janeiro) em níveis mínimos desde julho de 2009, foi subindo de forma gradual (embora irregular) ao longo do ano, tendo saído, em abril, dos valores negativos para alcançar os 0,2% em dezembro de 2015 (-0,2% em dezembro de 2014). Por seu lado, a inflação subjacente (ou seja, excluindo produtos alimentares não transformados e energia) atingiu 0,9% em dezembro de 2015, 0,2 p.p. acima da observada no final de 2014, permanecendo acima da inflação geral e permitindo, de certa forma, continuar a afastar os cenários mais pessimistas de uma situação de deflação. Em termos médios anuais, a taxa de inflação desceu dos 0,4% observados em 2014 para um valor nulo em 2015, permanecendo bem distante do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE) de uma taxa de inflação abaixo, mas próxima, dos 2,0%.

Com o objetivo de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo e dinamizar os fluxos de crédito à economia real, o BCE voltou a adotar, ao longo de 2015, várias medidas expansionistas, tendo decidido cortar a taxa de juro dos depósitos (de -0,20% para -0,30%) e lançar (em 9 de março) um programa alargado de compra de ativos (dívida privada e pública), através de uma política de *quantitative easing*. Este programa que foi inicialmente estabelecido até setembro de 2016 (e a um ritmo médio mensal de 60 mil milhões de euros), foi prolongado, em dezembro, até, pelo menos, março de 2017.

PORTUGAL

Após três anos de recessão, a economia portuguesa encetou uma recuperação gradual em 2014 (com um crescimento do PIB de +0,9%, face a -1,1% em 2013), que foi confirmada em 2015 com uma aceleração para 1,5%, prevendo-se que prossiga em 2016 (entre os +1,6% previstos pela CE e os +1,8% do Orçamento de Estado – OE 2016).

A atividade económica em 2015 foi suportada pela procura interna, refletindo essencialmente os crescimentos do consumo privado (+2,6%, depois de já ter crescido +2,2% em 2014 e regressado aos crescimentos após três anos em contração) e do investimento em capital fixo (FBCF) (+3,7%, após +2,8% em 2014 e deixado para trás um ciclo de quedas que se arrastava desde 2009), com o consumo público, por sua vez, a apresentar também um crescimento (+0,8%, representando o primeiro acréscimo desde 2010). O contributo da procura interna para a variação anual do PIB aumentou, situando-se em 2,5 p.p. em 2015 (+2,2 p.p. em 2014), devido ao crescimento mais intenso das despesas de consumo final, uma vez que o investimento desacelerou. Já as exportações líquidas apresentaram um novo contributo negativo para o crescimento do PIB em 2015 (-1,0 p.p., depois dos -1,3 p.p. de 2014), traduzindo um crescimento das importações (+7,3%) superior ao das exportações (+5,1%). A procura externa líquida registou um contributo menos negativo em 2015, passando de -1,3 p.p. em 2014 para -

1,0 p.p., refletindo a aceleração das exportações de bens e serviços que terminaram o ano passado 29,3% acima dos níveis pré-programa de ajustamento (2010).

O processo de **ajustamento orçamental** continuou ao longo de 2015, devendo ter-se registado um excedente primário no ano de 0,4% do PIB, de acordo com as estimativas do Governo. Mas o processo de consolidação das contas públicas tem sido influenciado pela necessidade de intervenções do Estado ao nível do setor financeiro. Assim, depois do défice orçamental de 7,2% do PIB observado em 2014, incluindo o efeito da capitalização do Novo Banco (excluindo este fator seria de cerca de -4,5%), a resolução do Banif deverá ter agravado o défice em 1,2 p.p. do PIB, pelo que o Governo estima que o défice global terá ficado nos 4,3% em 2015, devendo, assim, ter impossibilitado o fecho do Processo de Défice Excessivos (PDE) aberto a Portugal em 2009, que exige um défice igual ou abaixo dos 3,0%. Sem estes efeitos, o Governo estima que o défice orçamental para 2015 terá sido de 3,1%.

Ao nível do mercado laboral, a **taxa de desemprego** diminuiu de 13,9% em 2014 para 12,4% em 2015, dando continuidade à tendência de alívio que tem vindo a apresentar desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%), perspetivando-se uma nova redução em 2016 (para 11,4%). A população desempregada em 2015, estimada em 646,5 mil pessoas, diminuiu 11,0% em relação ao ano anterior, ao passo que a população empregada, estimada em 4 548,7 mil pessoas, registou um acréscimo anual de 1,1%.

A **inflação**, medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), foi de 0,5%, aumentando face aos -0,3% observados em 2014 (+0,3% em 2013 e +2,8% em 2012). A inflação core subiu dos 0,1%, em 2014, para 0,7% em 2015. Para além da evolução da inflação subjacente, o aumento da inflação entre 2014 e 2015 foi, sobretudo, determinado pela evolução dos preços dos produtos alimentares não transformados (passou de -2,1% em 2014 para +1,9% em 2015). Em sentido oposto, os produtos energéticos contribuíram negativamente para a variação média do IPC em 2015, com os preços a agravarem o ritmo de queda (-3,6%, depois dos -1,4% em 2014). O crescimento dos preços dos serviços (+1,3%) em 2015 foi superior ao observado para os preços dos bens (-0,1%).

Após o pico atingido no 2º trimestre de 2013 (de 9%), a **taxa de poupança** tem vindo a apresentar uma tendência descendente, tendo no 3.º trimestre de 2015 caído de 4,8% para 4,0%, o que corresponde ao valor mais baixo desde o início desta série do INE (no 1.º trimestre de 1999) e que, de acordo com as séries longas do Banco de Portugal, deverá corresponder ao mais baixo registo desde 1953. A explicar esta tendência de queda da poupança está essencialmente a recuperação do consumo privado, que tem vindo a ser apoiado pela melhoria da confiança dos consumidores, pela redução do desemprego, pelo crescimento dos rendimentos e pelo aumento do crédito concedido.

Mercados Financeiros

O ano de 2015 foi marcado por três tendências: uma melhoria do sentimento económico até meados de julho, seguida de uma degradação até final do verão e depois por alguma recuperação até final do ano, que, no caso de alguns índices de ações, não foi suficiente para registar subidas anuais.

O sentimento de mercado, tendencialmente positivo, que se observou ao longo da primeira metade de 2015 (sensivelmente até meados de julho), foi, em grande parte, influenciado pelos desenvolvimentos ao nível da política monetária, nomeadamente o início do programa alargado de compra de ativos, através de uma política de *quantitative easing* (QE), que foi anunciada pelo BCE na histórica reunião de 22 de janeiro, tendo o *target* de compras mensais sido fixado nos 60 mil milhões de euros, ficando acima das então expectativas de mercado (cerca de 50 mil milhões de euros). Por sua vez, o Banco Popular da China (PBoC) decidiu tornar a sua política monetária mais acomodatória ao cortar a taxa de reservas obrigatórias, por duas vezes ao longo do 1.º semestre, acabando em 18,50% (20,00% no final de 2014), e cortando a taxa de juro de referência para os empréstimos e depósitos por três vezes, terminando o primeiro semestre, respetivamente, nos 4,85% e 2,00% (face a 5,60% e 2,75% no final de 2014).

O verão de 2015 trouxe uma alteração no sentimento de mercado, que foi penalizado por diversos fatores. O principal determinante do desempenho dos mercados financeiros esteve relacionado com os receios em relação à China, de eventuais bolhas no imobiliário e no mercado de ações e de que as autoridades chinesas não consigam evitar um maior abrandamento económico do país. O PBoC cortou, durante o terceiro trimestre, a taxa de referência diária do *yuan* por três vezes (semana de 10 a 14 de agosto) e baixou as taxas de juro, bem como o rácio de reservas obrigatórias dos bancos, no sentido de acalmar os mercados. Os investidores também se mostraram receosos dos potenciais efeitos negativos, sobre a economia dos EUA, do abrandamento chinês e do dólar forte, bem como na economia da Zona Euro. A penalizar o sentimento, estiveram também os problemas dos refugiados na Europa, que se foram intensificando perante uma Europa dividida e que levaram a que diversos países tenham suspenso o acordo de Schengen. No final do terceiro trimestre, surgiu o escândalo da Volkswagen, que assumiu que cometeu infrações relativamente aos testes de poluição nos EUA nos carros, receando-se que outros fabricantes tenham cometido idêntica infração, entretanto já confirmado para diversas marcas. Por último, refira-se o facto de a agência Standard & Poor's ter colocado o *rating* da dívida soberana do Brasil no nível especulativo, sendo que a intensificação da recessão do Brasil acabou por ser ampliada pela perda de credibilidade dos decisores políticos, com reflexo nas fugas de capitais e na perda do valor do real, levando o banco central a subir as taxas até julho, mesmo num contexto recessivo.

A suportar o sentimento durante a segunda metade do ano estiveram os seguintes eventos: i) a aprovação pelo Parlamento Europeu do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido como “Plano Juncker”, que pretende mobilizar 315 mil milhões de euros de investimento público e privado no triénio 2015-2017; ii) a *China Securities Finance Corp*, que reuniu entre 370 e 444 mil milhões de *yuan*s para suportar os mercados acionistas; iii) a instabilidade que durante o verão levou a Fed a adiar a sua primeira subida de taxas desde 2006, inicialmente programada para setembro, acabando por efetuar essa subida apenas em 16 de dezembro; iv) o BCE manteve as suas principais

taxas de juro, continuando a mostrar-se otimista com o seu programa de QE e reforçando a possibilidade do seu reforço em caso de necessidade, como acabou por suceder na última reunião do ano; v) o Banco de Inglaterra manteve a sua política ao longo de todo o ano de 2015, adiando, assim, a primeira subida de taxas desde a crise, que, no início do ano de 2015, estava a ser antecipada para ocorrer nesse ano. Os mercados aplaudiram as respostas das diversas autoridades (através da subida dos preços dos ativos com risco), nomeadamente os cortes de taxas e as injeções de liquidez por parte do PBoC, embora continuando a recear a sua insuficiência.

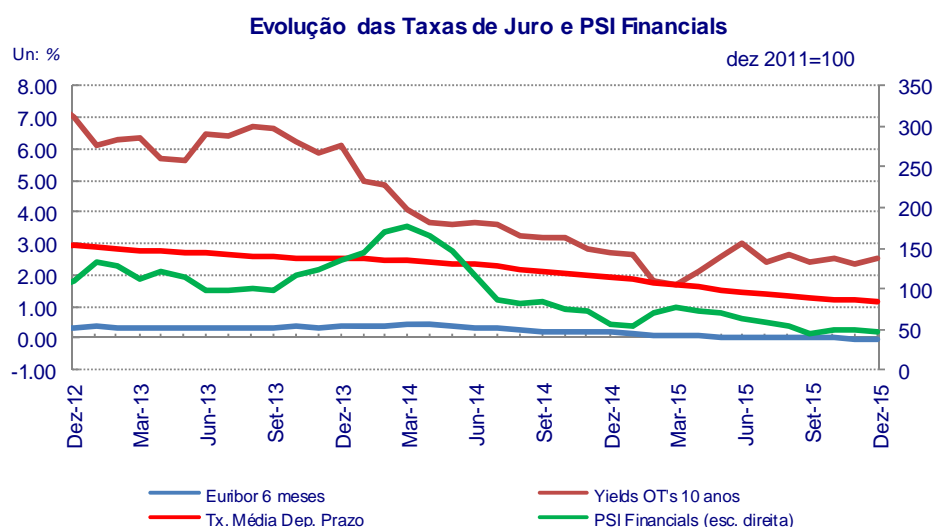
Na reta final do ano, como referido, assistiu-se a alguma melhoria do sentimento dos mercados, suportados por um conjunto de eventos: i) o PBoC voltou a reduzir as taxas de juro e reservas obrigatórias, descendo no total do ano as taxas de juro em 125 p.b. e o rácio das reservas obrigatórias em 250 p.b.; ii) a época de resultados das empresas dos EUA, relativa ao 3.º trimestre de 2015, foi mais favorável que a do 2.º trimestre e que a mediana trimestral do pós crise 2008/09; iii) o BCE publicou um estudo (3 de novembro), em que defendeu o efeito virtuoso do programa de estímulo económico para os particulares e empresas na região, abrindo caminho para a extensão do programa um mês depois (em dezembro). Já a condicionar o sentimento no final do ano (efeito que continua a fazer sentir-se no início de 2016) estiveram os receios relativamente à performance dos países em desenvolvimento produtores de *commodities*, com a queda dos preços a ter impacto nas suas economias (destacando-se, pela sua dimensão, as recessões antecipadas para o Brasil e Rússia em 2015/16, levando a *Goldman Sachs* a fundir o seu fundo de investimento dos BRIC com o fundo dos mercados emergentes, muito por culpa dos referidos dois países), bem como nas suas finanças públicas e contas externas, traduzindo-se em movimentos de depreciação das suas moedas face ao dólar (que além do mais foi beneficiando com as perspetivas de subidas de taxas por parte da Fed). Por outro lado, a descida dos preços do petróleo impactou nas contas das grandes petrolíferas internacionais e no mercado de *shale oil* dos EUA, já que os baixos preços do petróleo tornaram diversos campos economicamente ineficientes, havendo uma redução da produção ao longo da 2.ª metade do ano e o cancelamento de vários projetos de investimento, penalizando, assim, não só a indústria extrativa americana, como também a indústria transformadora, pelo que a produção industrial fechou o último trimestre de 2015 no vermelho, contribuindo para que o PIB dos EUA tenha crescido abaixo do potencial de crescimento e levando a que os investidores ficassem mais pessimistas relativamente à performance da economia dos EUA, revendo em baixa o crescimento de 2015/16.

Em termos de movimentos nos principais mercados financeiros, no conjunto de 2015, observaram-se movimentos mistos nos principais **índices acionistas** mundiais, designadamente nos EUA, onde o principal índice atingiu máximos históricos durante o ano, mas fechou com perdas (S&P 500: -0,7%), e com o comportamento a ser tendencialmente positivo na Europa (Eurostoxx 50: +3,9%; PSI-20: +10,7%), misto na Ásia (subidas no Japão e na China, mas descidas na Índia e em Hong-Kong) e negativo na América Latina.

As **yields da dívida pública de referência** observaram movimentos mistos na Alemanha e ascendentes nos EUA. As *yields* da dívida alemã registaram uma descida no curto prazo (dois anos: -25 p.b.), resultante de um novo corte da taxa de facilidade permanente de depósitos do BCE e da presença do

BCE nos mercados – em concreto, através da compra de ativos no âmbito do programa de QE –, mas subiram no longo prazo (10 anos: +9 p.b.), em resultado, nomeadamente, dos efeitos no médio prazo das políticas atualmente seguidas pelo BCE e da subida das *yields* americanas, que concorrem com as alemãs na captura de investimentos direcionados a perfis de risco baixos. Além disso, os investidores terão percecionado que as *yields* se encontravam em níveis excessivamente baixos face ao *fair value*. Nos EUA, o movimento de subida das *yields* em relação ao final de 2014 (+38 p.b. nos dois anos e de +10 p.b. nos dez anos) resultou sobretudo das expectativas (consubstanciadas em 16 de dezembro) de subida de taxas por parte da Fed, no quadro de uma continuação do crescimento económico e de redução da taxa de desemprego para novos mínimos de ciclo.

No **Mercado Monetário Interbancário (MMI)**, as taxas Euribor registaram mínimos históricos em todos os prazos, refletindo as descidas nas expectativas de taxas de juro *overnight* (medidas pelos *swaps* sobre as taxas EONIA), bem como do prémio de risco no MMI europeu (medido pelo *OIS spread*), tendo terminado negativas nos três e seis meses. As taxas Euribor nos prazos de 3, 6 e 12 meses desceram em 2015, 6 p.b., 5 p.b. e 5 p.b., para, respetivamente, -1,131%, -0,040% e 0,060%.



Os ***spreads* da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro** face aos *bunds* desceram em 2015 (com a maior redução nos 10 anos a ser observada pela Grécia: -155 p.b., tendo a exceção sido Espanha). O *spread* a 10 anos da Grécia fez, durante o ano (em novembro), mínimos desde dezembro de 2014, depois de terem estado penalizados durante o verão pela incerteza relativamente ao alcance de um acordo para um terceiro resgate (que acabou por ser conseguido). Os *spreads* de Espanha, Itália e Portugal registaram, durante a primavera de 2015, mínimos desde abril de 2010, com a Irlanda a fazer, no mês de maio, mínimos desde setembro de 2008. Estes movimentos favoráveis terão resultado sobretudo do acordo entre a Grécia e os credores internacionais para o terceiro resgate, mas também da postura expansionista do BCE. Espanha, não obstante ter apresentado o melhor desempenho económico, viu os *spreads* subirem 7 p.b., face aos *bunds*, em 2015, relativamente ao final de 2014, para 114 p.b., em resultado da instabilidade política, resultante da demora para a constituição de Governo e

dos receios de balcanização da Espanha, na sequência de uma eventual independência da Catalunha. Assim, ao longo do ano de 2015, os *spreads* a 10 anos da Grécia, Itália, Irlanda e Portugal caíram, respetivamente, em 155 p.b., 38 p.b., 30 p.b. e 26 p.b. no prazo de 10 anos, para, respetivamente, 766 p.b. na Grécia, 97 p.b. em Itália, 61 p.b. na Irlanda e 189 p.b. em Portugal. As *yields* a 10 e a dois anos de Espanha, Itália, Irlanda, Portugal e Alemanha fizeram mínimos históricos durante o ano de 2015. Em concreto, as *yields* da dívida portuguesa a 10 anos desceram dos 2,687% observados no final de 2014 para 2,516% no final de 2015, tendo em meados de março feito um mínimo histórico de 1,560%.

Os **spreads de crédito da dívida privada** observaram movimentos ascendentes, sobretudo nos índices de dívida privada na Zona Euro no mercado *spot*. Também nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) o comportamento anual acabou por ser maioritariamente ascendente, refletindo a revisão em baixa das perspetivas de crescimento económico global, os receios em relação à situação da Grécia e da China e o aumento do risco geopolítico no Leste da Europa e no Médio Oriente. Este alargamento dos *spreads corporate* coexistiu, todavia, com uma subida anual na maioria das ações na Zona Euro e de um alívio na pressão dos mercados sobre os países periféricos. O índice Itraxx (cinco anos), referência para a Zona Euro de CDS na classe de *Investment Grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito –, subiu 13 p.b. no ano, para 77 p.b., ficando mais longe dos mínimos desde outubro de 2007 (48 p.b.) observados em fevereiro, tendo, perto do final de 2015, atingido máximos desde janeiro de 2014. Por seu lado, o Itraxx Financials (o mais exposto à crise da dívida soberana) observou uma subida de 9 p.b., fechando o ano em 77 p.b., abaixo do índice Itraxx (cinco anos), algo que não tem sido a tendência dos últimos anos, mas que era a situação habitual antes da crise, sendo que o facto de nos últimos anos ter estado normalmente acima refletiu a situação difícil da banca europeia desde o início da crise da dívida soberana.

No mercado **cambial**, registou-se uma depreciação do euro face ao dólar, ao iene e à libra, tendo a taxa de câmbio efetiva nominal do euro diminuído 5,6%, refletindo, essencialmente, o lançamento dos novos estímulos monetários por parte do BCE.

As **commodities** apresentaram quedas em todas as classes, especialmente intensas na energia (-31,5%, destacando-se a descida de 35% do Brent), em resultado de um crescimento económico mundial aquém do que era esperado no início de 2015, das perspetivas de retirada das sanções ao Irão (entretanto confirmada) e do aumento da oferta, nomeadamente em resultado da produção de petróleo nos EUA (*shale oil*).

Enquadramento Demográfico e Social

De um retrato tirado à **estrutura demográfica** portuguesa atual ressaltam duas dimensões distintas.

A primeira diz respeito às vastas modificações estruturais observadas nas últimas décadas, as quais podem ser divididas em dois grupos. Por um lado, têm-se observado alterações na pirâmide demográfica, sobretudo por via de um menor número de nascimentos (-26,6% entre 2003 e 2014) e de uma diminuição do número de óbitos (terminando em 2014 3,3% abaixo do nível de 2003), consubstanciando-se numa passagem do saldo natural de um excedente (3 720 pessoas) para um défice (-22 549).

Para a diminuição dos nascimentos tem contribuído a queda drástica no número de casamentos celebrados (de 53,7 mil para 31,2 mil, no mesmo período), o aumento da idade média do primeiro casamento para os dois sexos, e, mesmo fora do casamento, a idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho (de 27,4 para 29,7 anos em 2013).

Mais pronunciada ainda foi a modificação no saldo migratório, que caiu de 24,7 para -30,1 mil pessoas, nos últimos anos, em virtude da recessão e da consequente maior emigração. Por outro lado, beneficiando do desenvolvimento do país, apesar das recessões registadas em 2009 e entre 2011 e 2013, tem ocorrido uma notória evolução nas condições de vida. Entre estas, saliente-se a referida diminuição do número de óbitos, bem como o aumento da esperança de vida à nascença (80,2 anos em 2014, uma subida de 2,8 anos face a 2003) e a diminuição da mortalidade infantil (4,1‰ em 2003, para 2,8‰ de 2014, que são dos valores mais baixos de sempre – o mais baixo observou-se em 2010, com 2,5‰), que é das mais baixas a nível mundial (11.º lugar no *ranking* mundial, de acordo com dados do WEF – World Economic Forum). Ao nível do ensino, os progressos também têm sido notórios, com a taxa de abandono precoce da educação e formação a cair para menos de metade entre 2003 e 2014, de 41,2% para 17,4%, tendo esta evolução, associada também, uma redução do diferencial entre géneros, embora com o masculino a manter, em 2014, uma taxa de abandono superior ao género feminino (em 6,6 p.p.). Note-se que o número de matriculados no ensino primário, secundário e universitário, estão, respetivamente, em 17.º, 8.º e 29.º lugar no *ranking* do WEF.

A segunda dimensão das alterações da estrutura social prende-se com a conjuntura negativa dos últimos anos (entre 2010 e 2014, registou-se uma redução no rendimento médio disponível das famílias, com o rendimento médio da “família clássica ano” a reduzir-se de 32,2 mil euros para 29,2 mil euros), que tem aprofundado problemas em algumas áreas e anulado parte dos progressos em outras. Até porque, não obstante as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos. O coeficiente de *Gini* (uma medida de desigualdade) diminuiu entre 2004 e 2009 e registou desde esse ano um comportamento misto, subindo em 2013 para 34,5% e descendo em 2014 para 34,0%, o que qualifica Portugal como um dos países com maior desigualdade na distribuição de rendimentos da União Europeia.

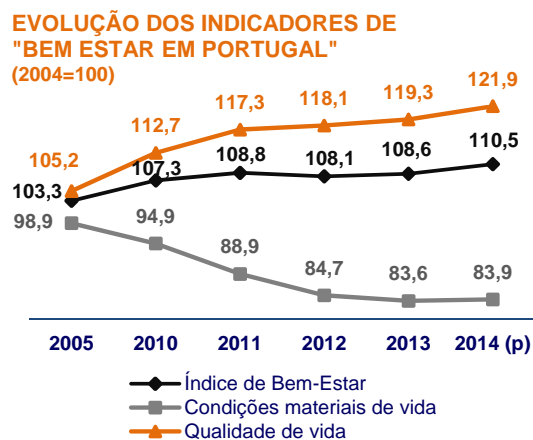
Ao nível das condições de vida, a taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, reduziu-se consideravelmente desde 1995, tendo o valor mais baixo sido alcançado em 2009/10, quando desceu para os 17,9%, encetando posteriormente uma trajetória de subida fixando-se nos 19,5% em 2013 e 2014 (últimos dados conhecidos), um valor superior à média europeia (16,7%, nos 28 países da União Europeia).

Outro fator preocupante tem sido a evolução da taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos), que aumentou de forma significativa de 2009 a 2014, passando nesse período de 20,3% para 34,8%, valor que reflete um alívio face aos 38,1% de 2013, mas que permanece bastante elevada. Acresce que os efeitos da crise se podem converter em alterações estruturais no desemprego subjacente. A taxa de desemprego de longa duração ascendeu em 2014 a 9,1%, um valor bastante elevado, sendo que aliviou depois para 7,9% em 2015.

Nos últimos anos também se tem observado uma redução na despesa pública corrente em saúde, nomeadamente em resultado das medidas racionalizadoras acordadas no memorando de entendimento assinado entre Portugal e a *troika*, com impacto nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, em medicamentos e meios de diagnóstico. Esta redução da despesa pública na área da saúde tem ocorrido num quadro de aumento da esperança média de vida, envelhecimento populacional e acréscimo do índice de dependência de idosos. Ainda no campo da saúde, é notório que, desde 2010, se tem vindo a assistir a um aumento da despesa privada em saúde, face à despesa pública. De facto, tomando 2001 como base (índice=100), os indicadores da evolução nominal da despesa pública e da despesa privada em saúde, passaram de 153,2 e de 150,7, em 2010, para 128,8 e 151,5, em 2014, respetivamente.

Nas últimas décadas, as despesas da Segurança Social em percentagem do PIB têm evoluído a um ritmo muito elevado. Em 1995, representaram 9,1% do PIB, enquanto, em 2013, pesaram 26,8%, residindo nesta variação de grandeza um dos grandes constrangimentos da proteção social, num contexto de diminuição de beneficiários ativos da Segurança Social (a percentagem da população ativa que contribui para o sistema de Segurança Social passou de 88%, em 1995, para 79%, em 2014) e de diminuição do rácio “contribuinte/beneficiário” decorrente do envelhecimento da população.

De acordo com os resultados do estudo “Índice de Bem-Estar para Portugal”, publicado pelo INE, em novembro de 2015, este índice recuperou da redução verificada em 2012, apontando os dados preliminares relativos a 2014 para um novo crescimento explicado pela evolução verificada na componente relativa à “Qualidade de Vida”. De facto, o “Índice de Bem-Estar” em Portugal evoluiu positivamente entre 2004 e 2011, atingindo o valor de 108,8 em 2011, reduziu-se em 2012 e recuperou em 2013 (108,6) e 2014, estimando-se que atinja 110,5. Este índice que é composto por duas componentes, “Condições Materiais de Vida” e “Qualidade de Vida”, tem beneficiado da melhoria dos indicadores de qualidade de vida, enquanto a componente “Condições Materiais de Vida” assinalou uma deterioração significativa nos últimos anos.



3. PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE

(valores expressos em milhares de euros)

I - Principais indicadores de gestão	2014*	2015	Variação
1 – Crédito e Clientes	345.974	361.657	+4,5%
1.1 - Carteira Crédito Vincenda	301.800	332.660	+10,2%
<i>Automóvel</i>	205.805	222.269	+8,0%
<i>Equipamentos</i>	77.380	91.178	+17,8%
<i>Lar</i>	5.672	7.224	+27,4%
<i>Pessoal</i>	4.312	4.553	+5,6%
<i>Contas Correntes e Stocks</i>	8.631	7.436	-13,8%
1.2 - Carteira Crédito Vencida	35.109	20.235	-42,4%
1.3 - Outros	9.065	8.762	-3,3%
2 - Ativo Líquido	335.698	364.004	+8,4%
3 - Margem Financeira	10.461	11.238	+7,4%
4 - Margem Complementar	2.012	14.468	+619,1%
5 - Produto Bancário	12.473	25.706	+106,1%
6 - Provisões Líquidas de Recuperações	740	-3.686	-598,1%
Provisões Brutas	-2.302	-3.906	+69,7%
Recuperações	3.042	220	-92,8%
7 - Encargos de Estrutura	-8.650	-9.391	+8,6%
Pessoal	-5.166	-5.775	+11,8%
Gastos Administrativos e Amortizações	-3.484	-3.616	+3,8%
8 - Resultados Antes de Impostos	4.390	12.401	+182,5%
De Atividade Corrente	8.567	9.175	+7,1%
De Operações de Mercado	-4.177	3.226	+177,2%
9 - Resultados Líquidos	845	8.927	+956,4%

(valores expressos em
milhares de euros)

I - Principais indicadores de gestão		2014*	2015	Variação
10 - Capitais Próprios		23.415	32.518	+38,9%
11 - Fundos Próprios		29.514	36.539	+23,8%
12 - Solvabilidade				
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (<i>Capital Total</i>)		11,2%	13,6%	+2,4 p.p.
Rácio Adequação de Fundos Próprios de Base (<i>Common Equity</i>)		7,1%	10,9%	+3,8 p.p.
Rácio <i>Core Tier 1</i>		7,1%	10,9%	+3,8 p.p.
13 - Qualidade do Crédito				
Crédito com incumprimento / Crédito total		10,4%	5,9%	-4,5 p.p.
Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido		0,8%	0,4%	-0,4 p.p.
Crédito em risco / Crédito total		11,2%	7,1%	-4,1 p.p.
Crédito em risco líquido / Crédito total líquido		1,6%	1,7%	+0,1 p.p.
14 – Rendibilidade				
Produto bancário / Ativo líquido médio		3,9%	7,4%	+3,5 p.p.
Resultados Antes de impostos / Ativo líquido médio		1,4%	3,6%	+2,2 p.p.
Resultados Antes de Impostos / Capitais próprios médios		19,5%	53,9%	+34,4 p.p.
Resultados Líquidos / Capitais próprios médios (ROE)		3,6%	38,1%	+34,5 p.p.
Resultados Líquidos / Capitais próprios médios (ROA)		0,27%	2,57%	+2,3 p.p.
15 - Nº de trabalhadores		130	132	+1,54%
16 - Eficiência				
Custos de funcionamento + Amortizações / Produto bancário		69,3%	36,5%	-32,8 p.p.
Custos com pessoal / Produto bancário		41,4%	22,5%	-18,9 p.p.

(*) Valores de referência em conformidade com a nota expressa na alínea h) do ponto 1 do anexo às contas, para efeitos de comparação de contas de gestão.

II - Indicadores de Produção		2014	2015	Variação
Produção (novos financiamentos)		120.495	144.319	+19,8%
Automóvel		77.945	94.529	+21,3%
Equipamentos		37.039	41.345	+11,6%
Lar		4.825	7.129	+47,8%
Pessoal		686	1.316	+91,8%

III - Indicadores de Gestão de Risco de Crédito	2014	2015	Variação
---	------	------	----------

Índices de riscos – “vintages” (média dos últimos 12 meses)

3 Meses	0,13%	0,29%	+0,16 p.p.
6 Meses	0,27%	0,19%	-0,08 p.p.
12 Meses	0,75%	0,49%	-0,26 p.p.
18 Meses	1,21%	0,83%	-0,38 p.p.
24 Meses	1,56%	1,33%	-0,23 p.p.

4. PRINCIPAIS EVOLUÇÕES DO MERCADO

EVOLUÇÃO DE NOVOS CONTRATOS DE CRÉDITO AOS CONSUMIDORES

Número de contratos

	V. MEDIO MENSAL		VALORES ACUMULADOS		
	2014	2015	2014	2015	V.HOM.15/14
CRÉDITO PESSOAL	29.017	31.520	348.207	378.239	8,6%
- Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	263	325	3.156	3.905	23,7%
- Outros Créditos Pessoais (sem fin. específica, lar, consolidado e outras finalidades)	28.754	31.195	345.051	374.334	8,5%
CRÉDITO AUTOMÓVEL	8.323	11.538	99.874	138.450	38,6%
- Locação Financeira ou ALD: novos	991	1.219	11.894	14.623	22,9%
- Locação Financeira ou ALD: usados	242	298	2.908	3.571	22,8%
- Com reserva de propriedade e outros: novos	1.734	2.642	20.802	31.699	52,4%
- Com reserva de propriedade e outros: usados	5.356	7.380	64.270	88.557	37,8%
CARTÕES DE CRÉDITO, LINHAS DE CRÉDITO, CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS E FACILIDADE DESCOBERTO	66.764	68.988	801.166	827.861	3,3%
TOTAL	104.104	112.046	1.249.247	1.344.550	7,6%

Montante (valores expressos em milhares de euros)

	V. MEDIO MENSAL		VALORES ACUMULADOS		
	2014	2015	2014	2015	V.HOM.15/14
CRÉDITO PESSOAL	157.479	185.228	1.889.746	2.222.734	17,6%
- Finalidade Educação, Saúde, Energias Renováveis e Loc. Financeira de Equipamentos	2.096	2.707	25.156	32.481	29,1%
- Outros Créditos Pessoais (sem fin. específica, lar, consolidado e outras finalidades)	155.383	182.521	1.864.590	2.190.253	17,5%
CRÉDITO AUTOMÓVEL	107.691	151.565	1.292.290	1.818.785	40,7%
- Locação Financeira ou ALD: novos	22.522	28.153	270.261	337.837	25,0%
- Locação Financeira ou ALD: usados	4.406	5.544	52.866	66.526	25,8%
- Com reserva de propriedade e outros: novos	22.485	34.616	269.814	415.387	54,0%
- Com reserva de propriedade e outros: usados	58.279	83.253	699.349	999.035	42,9%
CARTÕES DE CRÉDITO, LINHAS DE CRÉDITO, CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS E FACILIDADE DESCOBERTO	78.865	84.552	946.374	1.014.620	7,2%
TOTAL	344.034	421.345	4.128.410	5.056.139	22,5%

Fonte: Banco Portugal

Segundo os indicadores do Banco de Portugal, para o crédito ao consumo abrangido pelo Decreto-Lei nº 133/2009, foram efetuados mais 7,6% de novos contratos. O segmento que mais evoluiu, de 2014 para 2015, foi o relacionado com o crédito automóvel (38,6%).

Em termos de crédito contratado, verificou-se, também, uma evolução positiva. O valor de novo crédito ultrapassou os 5 mil milhões de euros, em 2015, e evidenciou um crescimento de 22,5% face ao período

homólogo. Da mesma forma, o segmento que apresentou maior crescimento foi o relacionado com o crédito automóvel, com mais 40,7%. Em termos de montantes financiados, o crédito pessoal, que representa cerca de 44% do total de crédito ao consumo, apresentou uma evolução positiva de 17,6%, face ao ano anterior.

Por último, pode referir-se que o volume médio solicitado pelos consumidores, em cada contrato, sofreu uma evolução de 13,2%. Em 2014 a média de cada contrato situou-se nos 3 305 euros e, em 2015, passou para 3 742 euros.

O crescimento que se verificou no financiamento automóvel, particularmente no segmento de viaturas novas, está correlacionado com a evolução do mercado de venda de viaturas, expressa no quadro em referência:

VENDA DE LIGEIRAS E PESADAS – NOVOS

TIPO VIATURA	2014	2015	Δ (%)
TOTAL LIGEIRAS	169.026	209.352	23,9%
Ligeiras de passageiros	142.827	178.496	25,0%
Comerciais Ligeiras	26.199	30.856	17,9%
TOTAL PESADAS	3.364	4.293	27,6%
Pesadas Mercadorias	3.126	4.039	29,2%
Pesadas Passageiros	238	254	6,3%
TOTAL MERCADO	172.390	213.645	24,0%

Fonte: ACAP

17

Segundo os dados da Associação de Comércio Automóvel de Portugal (ACAP), a venda total de viaturas novas, em 2015, cifrou-se nas 213.645 unidades, representando um acréscimo de 24,0% face ao período homólogo, ou seja, mais 41.255 unidades. As taxas de crescimento dos diversos segmentos foram bastante similares, sendo de destacar, particularmente, as variações positivas relacionadas com as viaturas pesadas, com mais 27,6%, e com as ligeiras de passageiros, com mais 25,0%.

Cruzando elementos e informações disponibilizadas pela ACAP, ALF e ARAC, conclui-se que o mercado foi bastante influenciado pelas atividades de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV), que representou cerca de 13% das vendas de viaturas novas e de *Rent-a-Car*, que foi responsável por cerca de 25% de novas matrículas.

Apesar da evolução favorável do mercado de viaturas novas, o número total de unidades vendidas ficou 11% abaixo da média dos últimos quinze anos.

5. PRINCIPAIS LINHAS ESTRATÉGICAS



O Montepio Crédito integra o Grupo Montepio e desenvolve a sua atividade para acrescentar valor, nomeadamente:

18

- a) Em Segmentos de Mercado que se situem fora da Rede de Distribuição de Produtos de Crédito efetuada na forma Tradicional Direta

Os produtos financeiros são disponibilizados de forma indireta aos clientes. Por isso, estabelece e aprofunda acordos protocolados com diversos parceiros que desenvolvem atividade no comércio ou na prestação de serviços, designados por Pontos de Venda (sejam clientes ou não clientes do Grupo Montepio) para, dessa forma, apresentar as soluções de financiamento especializado aos Clientes Finais (particulares ou empresas).

- b) Na complementaridade da Carteira de Oferta de Produtos e Serviços do Grupo Montepio

O Montepio Crédito acrescenta conhecimento ao Grupo no domínio do financiamento automóvel, nas diversas vertentes que o negócio implica (financiamento ao consumidor final e financiamento às empresas que estão no mercado do comércio automóvel, nomeadamente soluções de Crédito *Stock*, *Cash Advance* e Financiamento de Operações de *Rent-a-Car*). Também no domínio do Aluguer de Longa Duração, Aluguer Operacional de Viaturas e Aluguer Operacional de Equipamentos, o Montepio Crédito acrescenta valor através de uma carteira de oferta e qualidade de serviço que marca a diferença no mercado.

- c) Na captação de novos clientes

O alargamento de parcerias na área do crédito destinado à aquisição de equipamentos ou bens de uso pessoal ou para casa, constitui uma excelente plataforma de aquisição de novos clientes, que podem potenciar o uso de sinergias, alargando a possibilidade de oferta dos produtos das empresas do Grupo.

O Posicionamento do Montepio Crédito no Mercado pauta-se por:

a) Afirmar-se como uma Organização Nacional

O Montepio Crédito pertence a um Grupo de capitais 100% portugueses, com todo o centro de decisão em Portugal. Estas características transmitem mais confiança e segurança de continuidade de negócio aos nossos parceiros, considerando o conhecimento que temos do mercado português e o facto de ser este o mercado em que estamos inseridos.

b) Celeridade Operacional

Os mercados em que o Montepio Crédito desenvolve a sua atividade apresentam-se fortemente concorrenciais no que diz respeito aos níveis de serviço. Por tal, mantemos elevados padrões de exigência na celeridade da decisão, gestão e ativação de novos negócios, considerando a tipologia de distribuição dos nossos produtos e serviços através da nossa rede de parceiros.

c) Aconselhamento

O Montepio Crédito não tem vendedores; disponibiliza aos seus parceiros «Consultores Comerciais». E levamos esta designação à letra. Um consultor é um profissional que é especializado e está habilitado a formar, informar e aconselhar. Por tal, asseguramos um acompanhamento correto e a busca de soluções que melhor se poderão adequar às necessidades de cada situação concreta.

19

O Montepio Crédito tem, como princípios orientadores da sua estratégia, os seguintes pilares:

A – DIVERSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE

Apesar de se continuar a desenvolver a atividade no mercado automóvel, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços associados ao seu financiamento continua a ter-se uma perspetiva estratégica na diversificação da atividade creditícia.

O aprofundar da atuação comercial do Montepio Crédito no apoio à economia real, financiando o investimento junto das empresas que procuram expandir a sua capacidade produtiva e, mais concretamente, na área de transportes e logística, importante para o desenvolvimento da atividade exportadora do país.

Estabelecimento de parcerias nas restantes áreas de crédito ao consumo clássico, no financiamento de bens e serviços de índole pessoal ou de lar, afigurando-se, para além da rentabilidade financeira dos produtos, uma excelente via de captação de novos clientes.

Desenvolvimento da operação de crédito direto aos clientes finais, que permita incrementar os níveis de rentabilidade, mantendo, como prioridade, uma adequada gestão de risco e uma elevada responsabilidade social no contributo para uma melhor literacia financeira e esclarecimento sobre as responsabilidades a contratar.

Por último, refere-se o início da atividade na área de crédito *revolving* a clientes, através de emissão de cartões de crédito.

B – APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM OS PONTOS DE VENDA DE REFERÊNCIA

Aumentar a Quota, enquanto financeira de cada um dos Pontos de Venda automóvel, procurando concentrar a atividade naqueles que são considerados referências no mercado nacional – Aumentar o *Share-of-Wallet*, tendo por objetivo alcançar o lugar de «1ª financeira» de Pontos de Venda estratégicos.

C – OBJETIVOS DE LONGO PRAZO DE DIMENSÃO, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

DIMENSÃO

Alcançar uma quota média de mercado (em volume de produção no mercado de Financeiras a operar em Financiamento Especializado) em linha com as Quotas de Mercado do Grupo Montepio, nomeadamente nos negócios de financiamento automóvel e equipamentos;

EFICIÊNCIA

Procurar sinergias de grupo que possibilitem economias de escala e de experiência que possibilitem a obtenção de níveis de *Cost-to-Income* (medido pelos Gastos Administrativos / Produto Bancário) que permitam garantir a competitividade da nossa oferta no mercado;

RENDIBILIDADE

Atingir níveis de Rentabilidade de Capitais Próprios (ROE) que permitam ao Montepio Crédito um crescimento sustentado de médio/longo prazo e que acrescente valor ao Grupo Montepio.

D – SUSTENTABILIDADE

Traçar objetivos de produção e de risco que conduzam a níveis adequados de rentabilidade, de modo a garantir o financiamento da estrutura fixa e a sua diluição possibilitando, assim, a construção de uma carteira de financiamento sólida que permita sustentar a atividade da empresa no longo prazo.

6. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO

O Montepio Crédito está sujeito aos diversos riscos inerentes à atividade financeira, com particular impacto nos riscos de crédito e nos riscos de caráter operacional. O tratamento e controlo daqueles riscos são executados, essencialmente, pela equipa que compõe a área de risco da Instituição.

Os outros riscos da atividade, tais como os de mercado, de *compliance*, de liquidez, entre outros, são geridos de forma corporativa e integrada no Grupo Montepio.

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efetivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efetuados. Representa a componente de risco com maior relevo na atividade do Montepio Crédito.

Com o objetivo de controlar o risco de crédito, o Montepio Crédito define as suas políticas em função dos seguintes eixos:

- (i) Originação. As operações de crédito, na sua quase totalidade, são angariadas e mediadas pelos fornecedores dos bens e serviços passíveis de serem financiados, designados por pontos de venda (PdV), constituindo estes, naturalmente, fonte adicional de risco. O tipo de clientes que captam, conjugada com a forma de atuar no mercado e o cumprimento das regras legais e protocoladas, fazem diferenciar o risco de cada um dos PdV. Com vista a mitigar este risco, o Montepio Crédito dispõe de um conjunto de políticas de abertura ou reabertura de PdV, bem como, uma gestão e acompanhamento sistemático daqueles que se encontram ativos. A sua qualidade é diferenciada e objetivada a partir de uma notação mensal, aferida em função do incumprimento efetivo e expetável da carteira que já se encontra originada. Esta notação determinará, ou não, a continuidade da relação e influenciará o nível de aceitação das novas propostas de crédito. A relação entre o Montepio Crédito e os PdV é sistematizada por protocolos de colaboração onde se estabelecem as regras de funcionamento, aspetos legais, formalização processual e os direitos e obrigações entre as partes;
- (ii) Clientes. A avaliação de clientes é efetuada no contexto da operação de crédito, tendo em conta as suas características económico-sociais, de rendimento, de responsabilidades já assumidas à data da proposta e de cumprimento histórico das obrigações, bem como a tipologia do bem ou serviço proposto ser financiado. O Montepio Crédito dispõe de um sistema de decisão, consubstanciado num motor de decisão, composto por modelos de *scoring*, por regras de decisão específicas e orientadoras em cada um dos segmentos de crédito e ainda pela informação resultante da consulta “on-line” das bases de dados de responsabilidades do Banco de Portugal, entre outras. O motor de decisão tem sido sujeito a algumas alterações para que possibilitem uma maior automatização do processo de decisão e incorporem os ajustamentos dos modelos de *scoring*, tendo por objetivo manter-se o risco

de crédito dentro dos limites atingidos nos últimos anos. As alterações efetuadas possibilitaram que um maior número de propostas tivesse decisão automática. No entanto, deve salientar-se que, o papel do analista de risco de crédito se revela muito importante na formação da decisão final, particularmente nas empresas e no segmento automóvel, encontrando-se esta devidamente regulamentada, num manual de crédito, elaborado de forma completa e abrangente a todo o ciclo de concessão e de gestão de crédito. Esse documento inclui, entre outras, as competências e autonomias dos diversos intervenientes e escalões de competência. Por outro lado, atendendo às especificidades creditícias dos clientes particulares e clientes empresas procedeu-se à especialização de analistas de risco de crédito.

O risco de crédito é monitorizado mensalmente através de modelos desenvolvidos internamente que têm por base o tempo de incumprimento decorrido (1 mês ou 3 meses). São constituídas séries específicas de análise tendo em consideração o mês e ano em que tais créditos foram originados. A análise temporal é feita com base em critérios que se aplicam ao longo da vida dos contratos permitindo, por isso, que se determinem as “*vintages*” que fornecem uma análise precisa e clara dos níveis de incumprimento para cada um dos períodos de originação.

Por outro lado, trimestralmente compara-se o montante global das provisões constituídas ao abrigo do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, com a imparidade da carteira de crédito obtida através da aplicação dos modelos de cálculo de imparidade. Estes modelos de cálculo da imparidade, por questões de consistência do Grupo, estão sob a responsabilidade da Direção de Risco da Caixa Económica Montepio Geral. Os modelos foram, objeto de revisão no primeiro semestre de 2015, para fazer face às necessidades expressas na carta circular 02/2014/DSP, de 2014/02/26, emitida pelo Banco de Portugal. Os valores obtidos pelo novo modelo não evidenciaram grandes oscilações na imparidade da carteira de crédito do Montepio Crédito, confirmando a consistência e qualidade do risco destes ativos.

22

Acresce que, mensalmente, a Direção de Risco da CEMG produziu um relatório sobre o risco de crédito, em consonância com o que faz para outras empresas do Grupo.

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas ou erros provenientes dos processos de concessão, gestão e recuperação do crédito. Esses riscos podem ser resultado de situações internas, originadas pelos sistemas informáticos, pela deficiente ou insuficiente descrição dos manuais de funções e de procedimentos, por erros de execução humana, ou por quaisquer outras situações externas que originem a ocorrência de acontecimentos ou de práticas não diretamente controláveis.

O Montepio Crédito tem implementada uma plataforma de reporte de eventos de Risco Operacional, bem como uma plataforma de controlo, que os classifica e quantifica. A plataforma de reporte é constituída por interlocutores formados, expressamente nomeados para o efeito, pertencentes a cada núcleo ou equipa. A plataforma de controlo é gerida pela Direção de Risco do Montepio Crédito.

Periodicamente, é emitido um relatório aos órgãos internos com um resumo dos eventos ocorridos. Em função da frequência, natureza e do risco potencial dos eventos verificados, procede-se a reuniões de trabalho, com a participação dos diversos interlocutores, com o objetivo de, através da reengenharia dos processos e consequente mitigação de riscos, se melhorarem as normas e/ou procedimentos instituídos.

Mensalmente é feito um reporte à Direção de Risco da Caixa Económica Montepio Geral, para que seja feita a integração da informação do Montepio Crédito, na ferramenta de Gestão Integral do Risco Operacional (MGIRO) que integra todas as instituições do Grupo, que estejam sujeitas a este tipo de riscos.

O MGIRO é uma ferramenta, de risco operacional, utilizada pelo Montepio Crédito para:

- Elaboração de mapa anual sobre atividades, riscos e controlos;
- Realização da autoavaliação e sua validação, que consiste em identificar a exposição potencial ao risco operacional encontrado, qual o seu perfil e priorizar eventuais ações de mitigação em função dos riscos e controlos identificados;
- Utilização de “*Key Risk Indicators (KRI's)*”, com o objetivo de antecipar a ocorrência de perdas e permitir atuações preventivas.

Para efeitos do cálculo do rácio de solvabilidade, o Montepio Crédito utiliza o método *standard* para determinação do risco operacional, que se fundamenta nos resultados obtidos pelas diversas áreas de negócio, aplicando-lhes um coeficiente predeterminado. A utilização desse método implica a alocação de capital no montante de cerca de 1 842 milhares de euros. O montante de perdas (efetivas e potenciais) que resultou do registo dos eventos de risco operacional no ano de 2015 foi de cerca de 611 milhares de euros.

7. POLÍTICAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

No ano de 2015, em resultado da operação de titularização celebrada no dia 5 de Março, a Direção de Controlo de Crédito e Contencioso (DCCT) assumiu o desafio de concretização dos objetivos de cobrança delineados mais ambicioso do que o estabelecido nos respetivos contratos. Esta operação irá prolongar-se pelos próximos anos. Foi mantida a sua política de cobrança centrada na regularização de contratos ativos, não integrados na operação de titularização e, também na eficácia de cobrança, eminentemente centradas na relação com o cliente, por via do diálogo informativo e formativo, que o ajude a definir estratégias de pagamento que lhe permita o cumprimento das suas obrigações e o encerramento dos respetivos contratos. Esta política de informação é, desde há muito, desenvolvida pelo Montepio Crédito junto dos seus clientes, com bons resultados porque tem permitido a concretização de soluções ajustadas a cada situação e, consequentemente, a reabilitação de contratos ativos e o encerramento das relações jurídicas que se encontram pendentes.

Na sua gestão corrente, a DCCT tem implementado um procedimento dinâmico de cobrança, que identifica e diferencia, numa cadência mensal, segmentos de incumprimento dos contratos para os destinar às vias consideradas mais adequadas; a interna, genericamente quando o incumprimento se situa até duas rendas e externa, para restantes graus de degradação da mora. A cobrança de contratos ativos é constituída por três fases, cada uma com meios de intervenção próprios, adequados ao incumprimento e à proximidade da concretização, com o cliente, de uma resolução que se possa tornar sustentada e definitiva.

24

Não obstante as ações desenvolvidas para a regularização e reabilitação dos contratos na cobrança de contratos ativos, ocorrendo a resolução por incumprimento e apurados os valores em dívida, inicia-se um novo procedimento de cobrança. A primeira fase de cobrança dos contratos já resolvidos por incumprimento, designada por pré-judicial é desenvolvida com a colaboração de empresas externas, cuja atividade é acompanhada, numa gestão diária, pela equipa da DCCT. O objetivo principal consiste no contacto com o cliente num momento próximo da receção da comunicação de resolução, para que se possa, num derradeiro esforço, procurar encontrar uma solução de regularização da dívida que evite a via judicial de cobrança e respetivos custos associados. Pode concluir-se que esta fase se tem mostrado adequada e eficaz, permitindo uma redução considerável de contratos a submeter a cobrança judicial da dívida. Foi lançada uma consulta de mercado para a seleção das entidades parceiras de cobrança extra-judicial externa para o ano de 2016.

Na impossibilidade de se alcançar a liquidação total da dívida ou de um acordo de pagamento em prestações, dá-se início à cobrança contenciosa, desenvolvida por dez mandatários com os quais estão celebrados contratos de avença. A cobrança judicial é acompanhada numa gestão diária, pela equipa da DCCT, e é desenvolvida com base em objetivos de eficácia, que permita potenciar e maximizar os resultados que o processo executivo possa gerar. Controlam-se tempos de resposta e de atuação no âmbito do processo judicial, para se evitar o agravamento da morosidade processual.

Para fazer face à titularização de créditos operada no primeiro trimestre do ano, que incidiu sobre uma parte substancial dos créditos resolvidos por incumprimento, foram fixados objetivos específicos para este segmento de contratos. Além dos procedimentos normais de cobrança, foram desenvolvidas ações especiais, primeiramente incidindo sobre a fase pré-judicial, seguindo-se a fase contenciosa já no último trimestre do ano de 2015.

Foi efetuada, durante o ano, uma consulta ao mercado para a seleção de mandatários externos. As dez parcerias existentes darão lugar a oito. A passagem dos processos das empresas que não foram selecionadas no concurso irá fazer-se de forma gradual de modo a garantir a manutenção da gestão eficaz dos processos judiciais em cobrança.

Quando a cobrança judicial não tenha sido possível por inexistência de bens dos devedores que sejam passíveis de penhora, ou por imposição legal, o mandatário propõe o encerramento da instância judicial o que só acontece quando corroborada pelo Montepio Crédito. Consequentemente, o crédito inicia uma última fase de cobrança, extra-judicial, com a colaboração de empresas externas. A atividade é acompanhada, diariamente, pela equipa da DCCT. Os créditos nestas situações permanecem registados, são geridos e devidamente reportados até ao efetivo cumprimento das obrigações, nomeadamente por via de acordos de pagamento. Foram alcançados, ao longo do ano, bons resultados, especialmente nas ações especiais de cobrança que foram lançadas para os contratos titularizados.

O desafio dos próximos anos da gestão de cobrança de contratos ativos permanece centrado no acompanhamento dos comportamentos dos devedores, sempre em mutação, reagindo de modo adequado às suas ações. Uma outra preocupação consiste no controlo de custos, atenta a limitação legal imposta às despesas de cobrança de contratos com mora. Por fim, considera-se imprescindível o controlo de gestão dos contratos ativos, especialmente na manutenção, em níveis elevados, da eficácia nas primeiras fases de cobrança, fator essencial ao sucesso do sistema. Este desafio alcançar-se-á por via da atualização e adaptação da equipa e dos meios às novas formas de cobrança à distância.

25

Na gestão de contratos resolvidos, os desafios são marcados pelo cumprimento dos objetivos traçados para a operação de titularização de créditos, que exige a manutenção e desenvolvimento de procedimentos de cobrança adequados e eficazes. Face às especificidades da operação torna-se necessário, para o sucesso, que a cobrança seja acompanhada por uma gestão com custos reduzidos bem como pela atualização de meios e manutenção da política informativa e formativa de colaboradores. Desta forma, será assegurada a transmissão dos conhecimentos técnicos necessários à correta e eficaz gestão de cada segmento de cobrança.

- Operação de venda de créditos registados em contas extrapatrimoniais

O Montepio Crédito constituiu, ao longo dos anos de atividade, uma carteira de crédito totalmente provisionada que se encontrava registada em contas extrapatrimoniais. Essa carteira resultou de contratos que entraram em incumprimento e que se encontram, na sua maioria, reclamados judicialmente.

Tendo presente o *momentum* de mercado, com a significativa descida das taxas de juro ocorrida na segunda metade do ano de 2014, sentiu-se apetência no mercado para a diversificação de investimentos para ativos dos segmentos de *Non-Performing Loans* (NPL) de financiamento ao consumo.

Analizado o comportamento de pagamento histórico destes contratos, concluiu-se que os mesmos têm valor e que a receita obtida se estende por longos anos. Nesta perspetiva, foi decidido efetuar-se a venda de uma carteira deste tipo de contratos. Tendo por objetivo a exposição a um maior potencial de investidores interessados num ativo com estas características, optou-se estrategicamente por fazê-lo através da montagem de uma operação de titularização, permitindo assim alargar o leque de possibilidades a investidores no mercado internacional. Trata-se de uma carteira constituída por dívidas de capital, juros contratuais, de mora, legais e demais despesas que foram imputadas ao longo do tempo da gestão dos contratos. O valor total das dívidas atingiu cerca de 160 milhões de euros, numa proporção de 58,8% de capital e 41,2% de juros e demais despesas.

Os trabalhos de montagem da operação iniciaram-se em Novembro de 2014 e decorreram até ao final de Fevereiro de 2015, com a liquidação financeira da operação a ocorrer no dia 5 de Março de 2015.

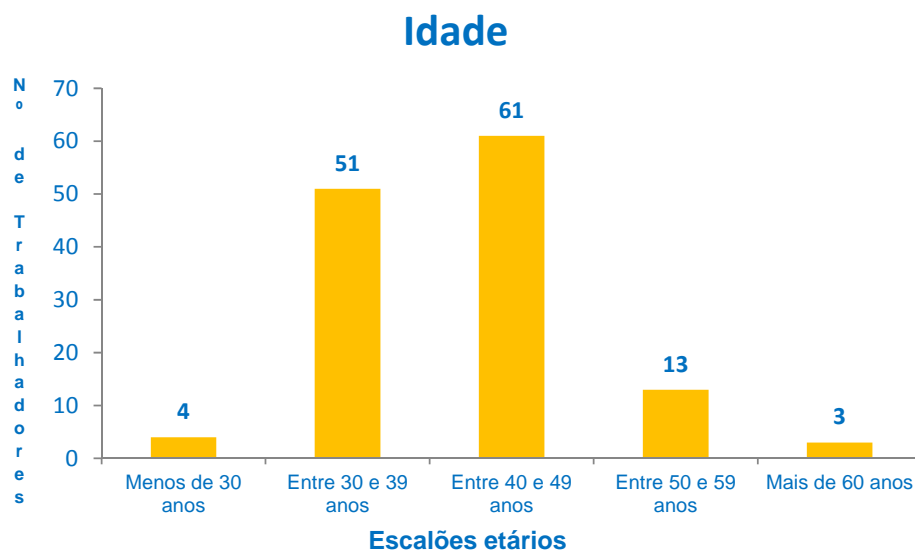
Pode salientar-se o sucesso da operação, quer no que respeita à montagem, quer no que respeita à colocação das unidades emitidas pelo veículo constituído para o efeito, quer ainda, pelo facto da gestão das dívidas vendidas continuar a ser da responsabilidade do Montepio Crédito, dado o reconhecimento da eficácia na recuperação deste tipo de créditos.

Foram emitidos 14,3 Milhões de Euros de títulos, o que corresponde a 8,94% do total das dívidas vendidas e 15,2%, relativamente à proporção da parte de capital que as incorporava.

8. RECURSOS HUMANOS

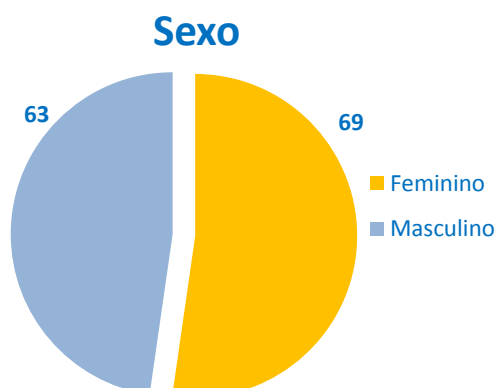
O quadro de trabalhadores era composto no final de 2015 por 132 pessoas.

A idade média dos trabalhadores do Montepio Crédito é de 42 anos, constatando-se que 42% se situa nos escalões etários abaixo dos 39 anos e 46% no escalão entre os 40 e os 49 anos.



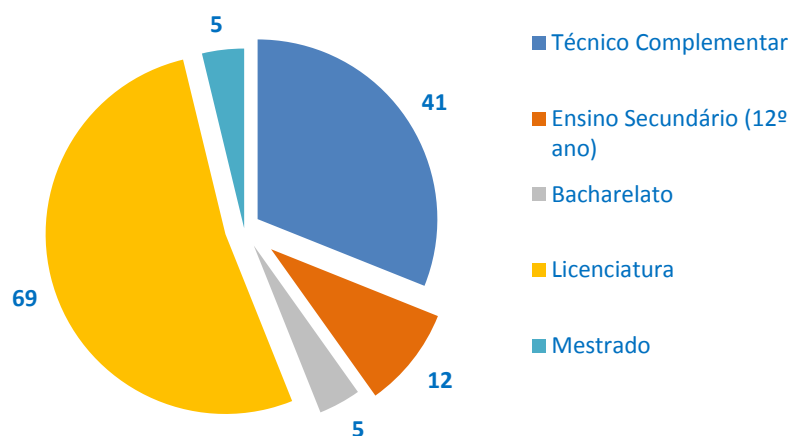
27

No que respeita ao género, verifica-se que as mulheres predominam com 52% do total dos trabalhadores,



A formação de base dos recursos humanos é elevada, como se pode verificar pelo gráfico. Cerca de 60% dos trabalhadores tem formação superior, destacando-se 69 licenciados e 5 mestres.

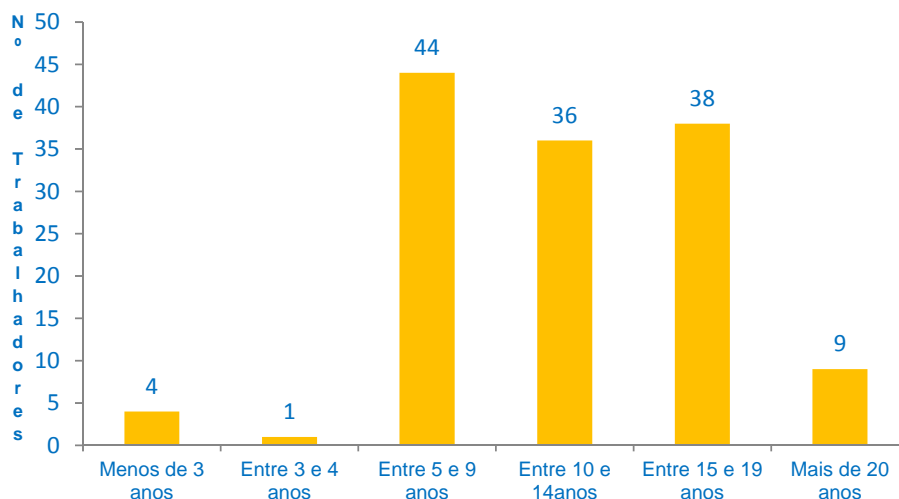
Habilitações literárias



A antiguidade média na empresa é de cerca de 12 anos relevando estabilidade nos recursos humanos e a experiência processual acumulada necessárias ao funcionamento mais eficiente da instituição. Cerca de 33% dos trabalhadores tem uma antiguidade média entre os 5 e os 9 anos, 27%, entre os 10 anos e os 14 anos e 36% 15 anos ou mais.

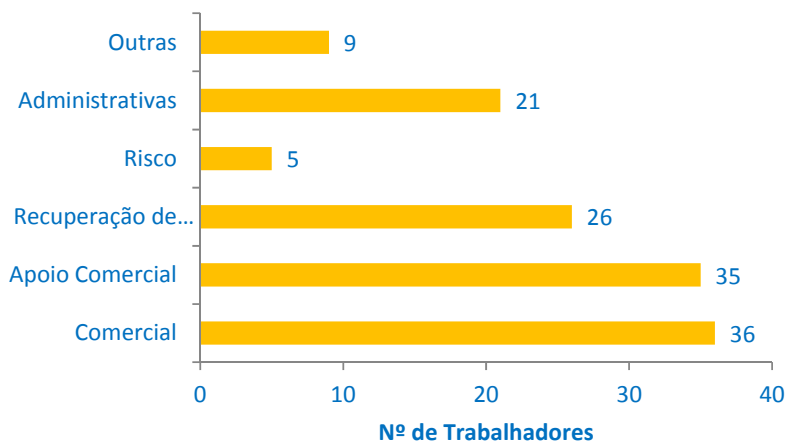
28

Antiguidade



No que se refere às funções desempenhadas pode constatar-se que 54% dos trabalhadores tem funções comerciais diretas ou indiretas. Segue-se 20% de trabalhadores na recuperação de crédito e 16% em funções administrativas.

Funções



Foram realizadas 28 ações de formação externa e 5 de formação interna, num total de 3.794 horas. As ações realizadas envolveram 130 trabalhadores da empresa. Em termos médios, cada trabalhador realizou 3,8 ações de formação. Envolveu 490 formandos. Os custos de formação atingiram os 38,3 mil euros.

Em 2015 a empresa e os seus trabalhadores foram distinguidos com o prémio de excelência no trabalho, atribuído pela Heidrick & Struggles, o INDEG-IUL e a Human Resources Portugal. Do minucioso estudo efetuado às práticas de gestão de recursos humanos, às condições oferecidas e ao ambiente de trabalho, resultou o primeiro lugar no setor da banca, seguros e serviços financeiros e o sexto lugar nas médias empresas. Trata-se de prémios que resultam da prática dos valores da instituição, importantes para a sua afirmação no mercado e em consonância com um alinhamento, as práticas e as políticas que estão na génese do Grupo Montepio.

29



9. POLÍTICA COMERCIAL E MARKETING

No conjunto de operadores financeiros que atuam no mercado do Crédito ao Consumo, o ano de 2015 vincou a afirmação da nacionalidade e centro de decisão portugueses do Montepio Crédito, enquanto unidade de negócio integrante de um grupo de capitais 100% portugueses, com todo o centro de decisão em Portugal. cremos que estas características vêm transmitindo mais confiança e segurança na continuidade de negócio aos nossos parceiros, considerando o conhecimento aprofundado que temos do mercado português e o facto de ser este, o mercado em que estamos inseridos.

ATIVIDADE COMERCIAL

O Montepio Crédito desenvolveu a sua atividade numa ótica de complementaridade no âmbito do Grupo em que se insere atuando prioritariamente nos seguintes mercados:

a) Automóvel

Durante 2015 prosseguimos a orientação estratégica assente na distribuição indireta, ao aprofundar e consolidar as parcerias comerciais, com operadores de referência do retalho automóvel, considerados estratégicos para a atividade da Instituição, incrementando, deste modo, o respetivo *Share-of-Wallet*. Complementarmente, continuamos a alargar a sua base de Pontos de Venda, para diversificar a presença no retalho automóvel.

Apostamos no financiamento ao consumidor final e às empresas que estão na fileira do comércio automóvel, nomeadamente através de soluções de Crédito Especializado, como Financiamento de Stock, Cash Advance e Financiamento de Operações de Rent-a-Car, enquanto complemento da oferta de produtos e serviços do Grupo Montepio.

O mercado automóvel continuou a evidenciar particular competitividade e concorrência, nomeadamente, no que respeita aos níveis de serviços, exigindo-nos elevados padrões de exigência no serviço prestado aos nossos parceiros de negócio, nas diferentes fases do processo, considerando a tipologia de distribuição dos nossos produtos e serviços.

Como tal, assumimos um crescente apoio às ações pontuais dos nossos parceiros, através da presença conjunta em eventos/feiras de promoção de vendas, disponibilizando aos parceiros e clientes uma experiência única através de um *show “aerobático”*.

O lançamento de novos produtos no segmento automóvel nas suas diversas vertentes, a otimização de processos e a exploração de novas oportunidades de negócio continuaram a ser valências merecedoras de uma especial atenção, permitindo que o Montepio Crédito continuasse a registar assinaláveis índices de crescimento sustentável da sua atividade.

Apostou-se também na inovação tecnológica através do desenvolvimento de uma aplicação “*Web responsive*” de simulação de operações de financiamento.

b) Crédito ao Consumo

O ano de 2015 caracterizou-se, no contexto da área comercial do consumo, como de forte crescimento com particular ênfase no financiamento das compras associadas ao segmento do retalho especializado em Portugal. O Montepio Crédito reforçou igualmente a sua presença junto das entidades que se dedicam à comercialização de serviços ligados ao segmento da saúde – Criopreservação.

O crescimento deste segmento do consumo foi superior ao mercado, atingido um volume de novos contratos e clientes superior a 8.300, cifrando-se esse crescimento ligeiramente superior a 150% face ao ano anterior.

Para conseguir, com eficiência, dar resposta a este crescimento e às especificidades do retalho especializado, introduziram-se melhorias nos processos internos, na oferta, com principal destaque para as soluções sem juros e encargos, incrementou-se o número de horas de formação interna e dos parceiros comerciais e alargou-se o horário de disponibilização dos serviços de crédito aos parceiros até às 22 horas, 7 dias por semana.

c) Equipamentos

No desenvolvimento da atividade desta área de negócio apostou-se no reforço do nosso posicionamento junto dos principais fornecedores/importadores oficiais de veículos pesados (camiões) a operar em Portugal.

Através da negociação de Campanhas específicas continuámos a captar novos clientes finais de elevada qualidade e com enorme propensão ao desenvolvimento da política de *cross-selling* do Grupo Montepio.

Paralelamente, alargou-se a experiência para setores fundamentais da economia nacional, nomeadamente agrícola, industrial e saúde.

A diferenciação nestes segmentos de negócio tem sido conseguida por via de uma oferta de alto valor acrescentado, associado ao produto de aluguer operacional (*renting*).

d) Parcerias Montepio

Foram reforçadas sinergias com a Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), ao identificar clientes com perfil de ponto de venda, com o objetivo de se estabelecerem protocolos comerciais na oferta de soluções de financiamento aos seus clientes. Por esta via pretende-se levar serviços de qualidade e gerar maior valor junto dos clientes do Grupo Montepio e, com isso, incrementar sinergias e processos de fidelização.

Neste âmbito, procuramos também identificar oportunidades em nichos de mercado, dos quais destacamos o posicionamento do Montepio Crédito como um *player* diferenciador, nomeadamente nos setores das energias renováveis, indústria e digital.

Foi dinamizada a oferta de soluções de aluguer operacional na rede comercial da CEMG, destacando-se, para além de outras, a iniciativa de disponibilização de uma viatura específica, com condições de comercialização especial, designada por “Viatura do Mês”.

e) Canal Direto

No ano de 2015 reforçou-se as ações sobre a nossa carteira de Clientes procurando dinamizar o produto CREDIRETO.

Neste âmbito, foram realizadas ações temáticas – Crédito “Regresso às Aulas” e “Cabaz de Natal” - algumas das quais em conjunto com os nossos parceiros, e que permitiram comunicar com um universo superior a 10.000 clientes.

MARKETING

a) Comunicação

O objetivo prioritário é o reforço da notoriedade da marca junto do cliente final, motivo pelo qual se tem procurado incrementar a comunicação introduzindo veículos diferenciadores.

Iniciou-se, em 2015, o envio de *Newsletters* mensais aos clientes, onde se divulgam as campanhas em curso, novos protocolos e benefícios associados ao “ser” cliente Montepio Crédito. A parceria com a BP Portugal, através do cartão de desconto em combustível BP Bónus é um dos exemplos da nossa orientação na procura constante de valor acrescentado.

32

b) Mecenato cultural

No âmbito da sua ação cívica e da sua responsabilidade social, o Montepio Crédito constituiu-se como Mecenaz do Palácio do Bolhão apoiando a sua reconversão. Constituiu-se como mecenaz da ACE Escola de Artes, assinalando o seu 25º aniversário com o lançamento dos prémios Montepio Crédito destinados a distinguir os melhores alunos da comunidade escolar.

Com este protocolo atribuir-se-à, igualmente, benefícios aos nossos Clientes e Parceiros de negócio.

c) Apoio aos clientes

Foram desenvolvidas várias ações de comunicação junto dos clientes ativos da carteira de crédito, com o objetivo de os informar sobre iniciativas do Montepio Crédito e sobre a introdução de nova legislação, avisos e recomendações do Banco de Portugal. Um dos exemplos foi a introdução do extrato mensal que permite aos clientes conhecerem com maior detalhe, entre outras informações, a situação atual dos contratos.

A melhoria dos processos e procedimentos da gestão da relação com o cliente é feita numa base contínua, através da monitorização do Índice de Recomendação dos Clientes (NPS), tendo sido, em complemento, criada, na página de *internet*, uma área específica para sugestões.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2015 o Montepio Crédito obteve um resultado líquido positivo de 8.927.117,43 euros que, nos termos do exposto no art. 294º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe seja aplicado da seguinte forma:

- a) Em reservas legais o montante de 892.711,74 euros, correspondente a 10% dos resultados líquidos;
- b) Na rubrica de resultados transitados o montante de 8.034.405,69 euros, correspondente a 90% dos resultados líquidos.

11. ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O capital social do Montepio Crédito é composto por 30 milhões de ações, com o valor nominal de 1 euro, sendo detido integralmente pelo Montepio Holding, SGPS, SA que é detido, integralmente, pela Caixa Económica Montepio Geral (entidade que consolida as contas das participações sociais sujeitas à supervisão do Banco de Portugal), que, por sua vez, é detida pela Associação Mutualista Montepio Geral.

As ações emitidas não reservam quaisquer cláusulas especiais em matéria dos direitos dos acionistas, nem quaisquer restrições ou limitação quanto à sua transmissibilidade ou alienação.

O Conselho de Administração reúne mensalmente, ou sempre que o seu Presidente o convoque, por sua iniciativa ou por solicitação de dois administradores.

É da competência do Conselho de Administração a condução das seguintes matérias:

- Definir as políticas gerais da Instituição e aprovar os planos e orçamentos anuais e plurianuais, bem como os relatórios trimestrais de execução;
- Estabelecer a organização interna da Instituição e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as atividades da Instituição, praticando todos os atos que a lei ou os estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia-Geral;
- Representar a Instituição em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia-Geral, para apreciação e votação, nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, incluindo participações em outras sociedades e em agrupamentos complementares de empresas, desde que sejam observadas as disposições legais em vigor para as instituições financeiras de crédito;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações ou quaisquer outros títulos de dívida;
- Contratar e despedir empregados e outros prestadores de serviços;
- Constituir mandatários para a prática de determinados atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos;

- Proceder, no caso de falta ou impedimento definitivo de algum Administrador, à sua substituição, por cooptação, dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, submetendo essa cooptação a ratificação na primeira Assembleia-Geral que se realize.

Quaisquer alterações de estatutos ou de aumento de capital devem ser objeto de proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral, que decidirá em conformidade.

Não existem acordos entre a Sociedade e os seus Administradores ou os seus Trabalhadores que estabeleçam quaisquer indemnizações, para além das previstas na legislação em vigor.

A remuneração dos órgãos sociais do Montepio Crédito respeita o estatuto remuneratório em vigor para as empresas participadas do Grupo Montepio, nos termos do deliberado na Assembleia Geral.

Os órgãos sociais do Montepio Crédito têm a seguinte composição:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	António Moreira Barbosa de Melo
Vice-Presidente	Rui Manuel da Silva Alves
Secretária	Ana Prado de Castro
Secretária	Ana Cristina Marques da Silva Andrade Costa Neves

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís
Vogal não executivo	Fernando Paulo Pereira Magalhães
Vogal não executivo	Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro

Administrador-Delegado CEO	Pedro Jorge Gouveia Alves
Administrador-Delegado	Manuel de Pinho Baptista

FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados – SROC, S.A,
representada por Hugo Jorge Gonçalves
Cláudio, ROC n.º 1.597

FISCAL ÚNICO SUPLENTE

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da
Silva Gomes

Durante o ano de 2015 foram colocados à disposição dos órgãos sociais os seguintes montantes, em euros:

Montantes colocados à disposição dos Órgãos Sociais			
Órgão Social	Nome	Montante (euros)	Notas
Assembleia Geral			
Presidente da Mesa	António Moreira Barbosa de Melo	3.000,00	
Conselho de Administração			
Administrador Executivo	Pedro Jorge Gouveia Alves	56.000,00	
Administrador Executivo	Manuel de Pinho Baptista	145.009,56	
Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas - e entidades da mesma rede			
KPMG & Associados – SROC, SA:			
- Revisão Legal das Contas/Auditoria		30.000,00	
- Outros Serviços de Garantia e Fiabilidade		28.500,00	
- Outros Serviços		7.500,00	
TOTAL		66.000,00	

12. NOTAS FINAIS E RECONHECIMENTOS

No exercício de 2015, mantiveram-se alguns dos condicionalismos ao negócio decorrentes do momento particularmente exigente que se atravessa. Não obstante, tem-se verificado um progressivo desagravamento nos segmentos a que a atividade da Instituição se direciona.

A assinalável dedicação e o profissionalismo dos trabalhadores que compõem a organização foram fundamentais para a concretização dos objetivos de prossecução das linhas de orientação estratégica. Sublinha-se a grande capacidade de orientação do foco para as oportunidades que o mercado vem apresentando, o que permitiu uma sólida e sustentável diversificação para novos segmentos de negócio. Neste âmbito, cabe uma palavra de especial apreço para com os trabalhadores da Instituição que sempre demonstraram toda a disponibilidade e motivação para abraçar os desafios, correspondendo assim aos desígnios de um Montepio Crédito mais participativo na geração de valor para o Grupo Montepio. Como resultado desse empenho, entrega e alinhamento, o Montepio Crédito e os seus trabalhadores foram galardoados, em 2015, com os prémios de excelência no trabalho, vencedor setorial na categoria banca, seguros e serviços financeiros e sexto lugar nas médias empresas, atribuídos pela Heidrick & Struggles, o INDEG-IUL e a Human Resources Portugal.

O Conselho de Administração reconhece, de forma especial, a preferência dos nossos Clientes ao elegerem o Montepio Crédito como a Instituição onde encontram as soluções para satisfazerem as suas necessidades de financiamento e serviços que lhe são complementares.

É igualmente devido o merecido reconhecimento a todos os parceiros pela forma como aceitam a marca Montepio Crédito, privilegiando os nossos produtos e serviços no desenvolvimento da sua atividade, tantas vezes contribuindo com sugestões e com iniciativas que nos permitem melhorar continuamente a nossa oferta.

37

Também o Conselho de Administração reconhece todo o apoio prestado às nossas atividades ao longo do último exercício por todos os membros dos órgãos sociais.

São ainda devidos os agradecimentos às entidades externas, nomeadamente às estruturas das Associações de que o Montepio Crédito é membro e às Autoridades Governamentais, Monetárias e Financeiras pela confiança e acompanhamento isento de toda a atividade da nossa Instituição.

Porto, 3 de Março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Humberto Cruz Barros de Jesus Luís- Presidente

Fernando Paulo Pereira Magalhães – Vogal não executivo

Pedro Miguel de Almeida Alves Ribeiro – Vogal não executivo

Pedro Jorge Gouveia Alves – Administrador-Delegado (CEO)

Manuel de Pinho Baptista – Administrador-Delegado

**Montepio Crédito – Instituição
Financeira de Crédito, S.A.**

**Demonstrações Financeiras
Individuais**

31 de Dezembro de 2015 e 2014

*Fevereiro de 2016
Este relatório contém 90 páginas*

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- NOTAS EXPLICATIVAS
(Páginas 7 a 90)

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	3	30 168	30 270
Juros e encargos similares	3	20 263	20 618
Margem financeira		9 905	9 652
Rendimentos de serviços e comissões	4	14	-
Encargos com serviços e comissões	4	(461)	(822)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	5	2 110	881
Resultados de reavaliação cambial	6	(1)	-
Resultados da alienação de outros ativos	7	12 727	-
Outros resultados de exploração	8	2 688	4 415
Total de proveitos operacionais		26 982	14 126
Custos com pessoal	9	5 800	5 190
Gastos gerais administrativos	10	4 775	4 906
Amortizações do período	11	320	381
Total de custos operacionais		10 895	10 477
Imparidade do crédito	12	1 337	(1 722)
Outras provisões	13	542	(1)
Imparidade de outros ativos financeiros	14	1 144	-
Imparidade de outros ativos	15	663	982
Resultado operacional		12 401	4 390
Impostos			
Correntes	23	2 872	276
Diferidos	23	602	3 269
Resultado líquido do exercício		8 927	845

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	2015	2014
Items que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Amortizações do ajustamento de transição das pensões (aviso nº 12/01)	36	(19)	(19)
Desvios atuariais	36	195	(718)
Total de outro rendimento integral do exercício depois de impostos		176	(737)
Resultado líquido do exercício		8 927	845
Total de rendimento integral do exercício		9 103	108

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Balanço para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

		2015		2014	
	Notas	Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	1	-	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	1 338	-	1 338	39
Ativos financeiros detidos para negociação	18	-	-	-	8
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	123 432	-	123 432	123 432
Crédito a clientes	20	361 657	19 723	341 934	312 469
Ativos não correntes detidos para venda	21	53	48	5	101
Outros ativos tangíveis	22	2 670	1 872	798	471
Ativos intangíveis	23	3 460	3 072	388	206
Ativos por impostos diferidos	24	1 709	-	1 709	2 311
Outros ativos	25	11 952	1 659	10 293	14 192
Total do Ativo		506 272	26 374	479 898	453 230
	Notas	2015	2014		
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	26	295 123	272 859		
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	27	117 532	117 532		
Passivos financeiros detidos para negociação	18	258	6 129		
Passivos não correntes detidos para venda		-	77		
Provisões	28	4 359	3 817		
Passivos por impostos correntes		2 826	-		
Outros passivos subordinados	29	15 717	13 298		
Outros passivos	30	11 565	16 103		
Total do Passivo		447 380	429 815		
Capital Próprio					
Capital	30	30 000	30 000		
Prémios de emissão	32	1 498	1 498		
Outras reservas e resultados transitados	32	(7 907)	(8 928)		
Resultado líquido do exercício		8 927	845		
Total do Capital Próprio		32 518	23 415		
		479 898	453 230		

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Mapa de alterações dos Capitais Próprios Individuais
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Reserva estatutária	Outras reservas	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	23 307	30 000	1 498	1 776	147	580	(10 694)
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (aviso nº 12/01) (nota 36)	(19)	-	-	-	-	-	(19)
Desvios atuariais no exercício	(718)	-	-	-	-	-	(718)
Resultado do exercício	845	-	-	-	-	-	845
Total de rendimento integral do exercício	108	-	-	-	-	-	108
Aplicação de resultados	-	-	-	96	-	-	(96)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	23 415	30 000	1 498	1 872	147	580	(10 682)
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (aviso nº 12/01) (nota 36)	(19)	-	-	-	-	-	(19)
Desvios atuariais no exercício	195	-	-	-	-	-	195
Resultado do exercício	8 927	-	-	-	-	-	8 927
Total de rendimento integral do exercício	9 103	-	-	-	-	-	9 103
Aplicação de resultados	-	-	-	84	-	-	(84)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	32 518	30 000	1 498	1 956	147	580	(1 663)

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Juros e comissões recebidos	30 799	30 885
Juros e comissões pagos	21 451	22 400
Despesas com pessoal	5 460	5 439
Outros pagamentos por gastos administrativos	8 360	4 471
Outros pagamentos por custos de exploração	3 292	2 822
Recuperação de crédito e juros vencidos	220	3 042
Outros recebimentos	8 533	7 965
Pagamento de impostos	2 871	276
	(1 882)	6 484
<i>(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais</i>		
Ativos financeiros detidos para negociação	7	16
Crédito sobre clientes	(30 338)	(8 570)
	(30 331)	(8 554)
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Recursos para outras instituições de crédito	22 724	57 005
Recursos de clientes ou outros empréstimos	-	(40 000)
	22 724	17 005
	(9 489)	14 935
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento</i>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1 144)	310
Ativos não correntes detidos para venda	33	273
Aquisições de ativos intangíveis	(301)	(55)
Aquisições de outros ativos tangíveis	(687)	(15 615)
Alienação de imobilizações	160	121
Recebimento operações financeiras	12 727	-
	10 788	(14 966)
<i>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</i>		
Dividendos pagos	-	-
	-	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	1 299	(31)
Caixa e equivalentes no início do período	40	71
Caixa (nota 16)	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 17)	1 338	39
Caixa e equivalentes no fim do período	1 339	40

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais 31 de Dezembro de 2015

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (adiante designada por “Montepio Crédito” ou “Sociedade”) foi constituído em 1 de Junho de 1992 com a denominação social de Finindústria Comercial – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.. Em 29 de Junho de 1993 alterou a sua denominação social para Finicrédito – S.F.A.C., S.A. e, em 11 de Dezembro de 2003, para Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Em 7 de Dezembro de 2005, incorporou por fusão a Leasecar – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S.A. com efeitos contabilísticos reportados a 1 de Janeiro de 2005.

Em 2007, foi constituída a sucursal da Roménia, com designação “Finicrédito IFIC SA *Portugalia Sucursala Romania*”, que iniciou a atividade comercial em Fevereiro de 2008. Em Setembro de 2015, a esta sucursal foi encerrada.

Em 22 de Janeiro de 2013 alterou a sua denominação social para Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

A Sociedade é detida de forma direta pelo Montepio-Holding, S.G.P.S., S.A. e, indireta pela Caixa Económica Montepio Geral, consolidando com esta última pelo método integral na Associação Mutualista Montepio Geral. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo são detalhados na nota 36, em conjunto com as divulgações relativas às partes relacionadas.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Montepio Crédito são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA's”). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) e pelos respetivos órgãos antecessores com exceção dos aspetos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o atual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Montepio Crédito em 03 de Março de 2016. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Montepio Crédito para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

O Montepio Crédito adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2015, tal como referido na nota 40.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

IFRIC 21 - Taxas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 m).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Montepio Crédito para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Montepio Crédito expiram; ou (ii) o Montepio Crédito transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Provisões para crédito

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Crédito aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Montepio Crédito nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objeto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efetuada periodicamente pelo Montepio Crédito tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a atual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as diretrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

Tendo em consideração as características de cada tipologia de contratos em vigor no Montepio Crédito e atentos ao teor da Carta Circular 15/09/DSBDR, de 2009/01/28, do Banco de Portugal, foi definida internamente a política de registo de perdas contratuais.

Verifica-se que, para os créditos de pequeno montante, destinados essencialmente às famílias, o cumprimento do plano financeiro se caracteriza por fluxos contínuos. No caso de incumprimento, a continuidade desses fluxos é interrompida, verificando-se ao longo do estado de incumprimento pagamentos pontuais que vão fazendo diminuir a dívida. Quando se verifica longos períodos de tempo sem que tenha havido qualquer pagamento da dívida, constata-se que a probabilidade de cobrança, apesar de existir, é diminuta. Foi feito um estudo sobre a cobrabilidade de contratos com as características abaixo e concluiu-se que, ao longo de 3 anos, se tinha recuperado apenas 17%.

Nestes termos, definiu-se a seguinte política de desreconhecimento dos créditos e provisões (write-off):

- Contratos de crédito lar – Mora superior ou igual a 18 meses, sem qualquer pagamento nos últimos 12 meses;
- Contratos de crédito automóvel – Mora superior ou igual a 18 meses, sem garantia da viatura e sem qualquer pagamento nos últimos 12 meses. (*)
- Contratos de ALD e de leasing - Mora superior ou igual a 24 meses, sem garantia da viatura e sem qualquer pagamento nos últimos 12 meses. (*)

(*) Um contrato cuja viatura foi recuperada e vendida é considerado sem garantia. Da mesma forma, um contrato cuja viatura esteja há mais de 6 meses para ser recuperada, considera-se sem garantia.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de Imparidade, acima referida.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Montepio Crédito se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Montepio Crédito adotou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito do Montepio Crédito associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações; e
- os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os ativos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Montepio Crédito, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Montepio Crédito, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

d) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Montepio Crédito designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Montepio Crédito. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do exercício de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor do derivado, acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Montepio Crédito executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Investimentos detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

O Montepio Crédito adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

f) Desreconhecimento

O Montepio Crédito desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Montepio Crédito não mantém controlo dos mesmos.

O Montepio Crédito procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Empréstimos de títulos e transações com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Montepio Crédito realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

h) Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Montepio Crédito também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Montepio Crédito classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os bens móveis detidos por recuperação de crédito ou pelo não exercício da opção de compra, que se encontram valorizados ao justo valor.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Montepio Crédito.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

i) Locação operacional e financeira

O Montepio Crédito classifica as operações de locação como financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da forma legal que o contrato possa assumir, cumprindo “lato sensu” os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Quando os valores finais dos contratos são assumidos “ab initio” por entidades terceiras, que não o locatário, o Montepio Crédito classifica contabilisticamente, essas operações de locação como financeiras. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

- Na ótica de locatário

Os pagamentos efetuados pelo Montepio Crédito à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

- Na ótica de locador

Os ativos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do ativo.

Os proveitos decorrentes das rendas faturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos diretos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para ativos locados depreciables é consistente com a política de depreciação normal do locador para ativos semelhantes, conforme política contabilística descrita na nota 11).

O Montepio Crédito procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

- Na ótica de locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, como ativo e como passivo, pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros imputados ao exercício durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

- Na ótica do locador

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço, em rubrica de capital em locação, pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

j) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Montepio Crédito procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

k) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no exercício a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído; ou
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

l) Resultados de operações financeiras (Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

m) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Montepio Crédito. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Equipamento:	
- Transporte	4 a 8
- Mobiliário e material	8 a 10
- Equipamento informático	3 a 5
- Imóveis de serviço próprio	50
- Outros ativos tangíveis	5 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um ativo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

n) Ativos intangíveis

Software

O Montepio Crédito regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 a 10 anos. O Montepio Crédito não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

p) Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Montepio Crédito tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

r) Benefícios dos empregados

Plano de benefícios definido

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho ('ACT') e subseqüentes alterações, o Montepio Crédito constituiu um fundo de pensões tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de Dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de Dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19. De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

	<u>Número de anos</u>
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	10
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	8
Reformas antecipadas	8
Anulação de perdas atuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	8
Aumento do saldo de perdas atuariais diferidas	8
Excesso de amortizações de perdas atuariais de acordo com as normas locais	8

No âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008 relativamente às rubricas indicadas no quadro anterior, foi autorizado uma duração adicional de três anos face ao período de diferimento inicialmente previsto.

As responsabilidades do Montepio Crédito com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do Montepio Crédito relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Montepio Crédito multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Montepio Crédito reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo Montepio Crédito de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

s) Impostos sobre lucros

O Montepio Crédito está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção dos ativos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Montepio Crédito procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

t) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Montepio Crédito tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

u) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos à rubrica de Capital, quando são aprovados pelos acionistas. Os dividendos do exercício, aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras, são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

v) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Montepio Crédito são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Montepio Crédito e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Montepio Crédito poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Montepio Crédito e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Montepio Crédito determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Montepio Crédito avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Montepio Crédito, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Crédito.

Perdas por imparidade em crédito a clientes

O Montepio Crédito efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Crédito.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Montepio Crédito patrocina a constituição de SPEs com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

O Montepio Crédito tem atualmente a decorrer duas operações de titularização.

A operação *Pelican Finance N.º 1*, efetuada e conjunto com a CEMG, não deu lugar ao desreconhecimento dos ativos nas respetivas demonstrações financeiras.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Tributária e Aduaneira Portuguesa têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Montepio Crédito durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de juro líquido e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 Margem financeira e resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, conforme apresentado nas notas 3 e 5. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos na rubrica de resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura.

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Margem financeira	9 905	9 652
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2 110	881
	<u>12 015</u>	<u>10 533</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Juros e rendimentos similares		
Crédito interno		
Locação financeira mobiliária	7 171	7 467
Aluguer de longa duração	154	260
Crédito ao consumo	12 170	12 446
Crédito em conta corrente	217	280
Crédito vencido	1 041	1 980
Juros de activos financeiros detidos para negociação	47	443
Comissões de vendas a crédito	1 702	1 413
Juros de operações de titularização	7 666	5 981
	30 168	30 270
Juros e encargos similares:		
Recursos de outras instituições de crédito	3 857	5 900
Juros de dívida emitida	-	667
Juros de activos financeiros detidos para negociação	5 705	5 979
Juros de crédito	3 035	2 222
Juros de operações de titularização	7 666	5 850
	20 263	20 618
Margem Financeira	9 905	9 652

4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões		
Outros rendimentos de serviços e comissões	14	-
	<u>14</u>	<u>-</u>
Encargos com serviços e comissões		
Serviços bancários prestados	(86)	(117)
Comissões de empresas de cobranças	(359)	(515)
Comissões de <i>rappel</i>	(16)	(190)
Outros encargos com serviços e comissões	-	-
	<u>(461)</u>	<u>(822)</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>(447)</u>	<u>(822)</u>

5 Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2015			2014		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxa de juro	5 653	1 105	4 548	4 728	1 085	3 643
	<u>5 653</u>	<u>1 105</u>	<u>4 548</u>	<u>4 728</u>	<u>1 085</u>	<u>3 643</u>
Passivos financeiros						
Outros passivos subordinados	-	2 438	(2 438)	-	2 762	(2 762)
	<u>-</u>	<u>2 438</u>	<u>(2 438)</u>	<u>-</u>	<u>2 762</u>	<u>(2 762)</u>
	<u>5 653</u>	<u>3 543</u>	<u>2 110</u>	<u>4 728</u>	<u>3 847</u>	<u>881</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Outros passivos subordinados inclui o montante de Euros 2.419.000 (2014: Euros 2.762.000), referentes à reavaliação de passivos associados à alteração de risco de crédito próprio (*spread*), conforme notas 18 e 29.

6 Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2015			2014		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	-	1	(1)	-	-	-

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 q).

7 Resultados da alienação de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Alienação de crédito a clientes	12 727	-

Decorrente da sua atividade, o Montepio Crédito constituiu, ao longo dos anos, uma carteira de crédito em incumprimento, totalmente provisionada e que, por isso, se encontrava registada nas suas contas extrapatrimoniais. Com a significativa redução de taxas de juro nos mercados internacionais, ocorrida no ano de 2014, o Conselho de Administração sentiu que existia apetência pelos investidores, numa perspetiva de diversificação de risco para a aquisição deste tipo de ativos. Assim, foi decidido alienar um conjunto de dívidas relacionadas com contratos de crédito em incumprimento, estruturando, essa venda, através de uma operação de titularização. A operação denomina-se Aqua NPL n.º 1 e envolveu a venda de dívidas no montante de Euros 160.000.672, correspondentes a 20.160 contratos de crédito. As dívidas vendidas eram compostas por Euros 94.059.379 de capital e a Euros 65.941.293 de juros, encargos e demais despesas devidas, contratualmente, pelos clientes. A estruturação da operação iniciou-se em novembro de 2014 e terminou, com a liquidação financeira, no dia 5 de março de 2015. Foram emitidos Euros 14.300.000 de títulos, o que corresponde um valor de venda de 8,94%, quando comparado com o total das dívidas vendidas e 15,2%, relativamente à proporção da parte de capital que as incorporava. O encaixe financeiro registado em março de 2015 foi de Euros 12.700.000. O serviço de cobrança das dívidas é prestado pela estrutura do Montepio Crédito ao veículo constituído. Ainda no âmbito desta operação, o Montepio Crédito adquiriu a totalidade das notas emitidas relativas à Aqua NPL n.º 1, pelo valor de Euros 1.144.000 que se encontram totalmente provisionados, conforme notas 14 e 19.

8 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Outros proveitos de exploração		
Activos não financeiros	233	439
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Despesas de cobrança	1 412	1 440
Comissão de processamento de prestação	791	789
Serviços locação operacional	2 576	1 695
Despesas com recuperação de viaturas	47	73
Outras despesas	536	850
Despesas administrativas		
Emissão de documentação	58	55
Alterações financeiras	113	145
Outras despesas	118	112
Comissões de seguros	701	560
Outros	273	1 236
	6 858	7 394
Outros custos de exploração		
Impostos	295	219
Quotizações e donativos	27	14
Activos não financeiros	549	766
Serviços de locação operacional	2 538	1 779
Outros	761	201
	4 170	2 979
Outros resultados de exploração	2 688	4 415

9 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Remunerações	4 302	4 096
Encargos Sociais obrigatórios	1 259	1 190
Encargos com Fundo de pensões	233	155
Outros custos com o pessoal	6	(251)
	5 800	5 190

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Montepio Crédito, durante o exercício de 2015, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	201	732	933
Custos com pensões de reforma e SAMS	10	80	90
Encargos sobre remunerações	50	191	241
Remunerações variáveis	-	32	32
	261	1 035	1 296

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Montepio Crédito, durante o exercício de 2014, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	252	730	982
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	46	52
Encargos sobre remunerações	63	178	241
	321	954	1 275

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Diretores de primeira linha do Montepio Crédito.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o número médio de colaboradores nos quadros do Montepio Crédito, distribuído por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2015	2014
Direcção e coordenação	11	13
Chefia e gerência	14	15
Técnicos	34	33
Administrativos	43	43
Comerciais	29	28
	<u>131</u>	<u>132</u>

10 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Água, energia e combustíveis	111	131
Material de consumo corrente	22	28
Outros fornecimentos de terceiros	26	18
	<u>159</u>	<u>177</u>
Rendas e alugueres	256	311
Comunicações	197	228
Deslocações, estadas e representação	100	138
Publicidade e edição de publicações	676	662
Custos com trabalho independente	1 286	1 503
Conservação e reparação	29	24
Formação	38	92
Seguros	78	77
Judiciais, contencioso e notariado	306	241
Serviços especializados	974	779
Serviços de recuperação e venda de viaturas	42	54
Outros serviços de terceiros	634	620
	<u>4 616</u>	<u>4 729</u>
	<u>4 775</u>	<u>4 906</u>

A rubrica Rendas e alugueres inclui o custo do ano com arrendamento da sede do Montepio Crédito no Porto e com a unidade de desenvolvimento de negócio na rua Castilho em Lisboa no valor de Euros 213.000 (2014: Euros 213.000) e a locação operacional de viaturas de serviço próprio no valor de Euros 43.000 (2014: Euros 96.000).

A duração dos contratos de locação é a seguinte:

- Imóveis - 12 meses, renovável;
- Viaturas - 48 meses.

Quanto à forma de atualização das rendas verifica-se que:

- Imóveis, atualização à taxa legal;
- Viaturas, sem atualização ao longo do contrato.

A 31 de Dezembro de 2015, os pagamentos mínimos futuros associados a contratos de locação operacional não canceláveis são os seguintes:

Outros activos em Locação Operacional	Pagamentos futuros mínimos em Locação Operacional não cancelável Euros '000	Pagamentos mínimos em Locação Euros '000
Até 1 ano	9	3
	9	3

A 31 de Dezembro de 2014, os pagamentos mínimos futuros associados a contratos de locação operacional não canceláveis são os seguintes:

Outros activos em Locação Operacional	Pagamentos futuros mínimos em Locação Operacional não cancelável Euros '000	Pagamentos mínimos em Locação Euros '000
Até 1 ano	10	3
Entre 1 e 5 anos	39	13
	49	16

11 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Activos Intangíveis		
Software	142	249
Outros activos tangíveis		
Equipamento:		
Mobiliário e material	6	8
Equipamento Informático	46	31
Instalações interiores	5	8
Equipamento de transporte	120	84
Equipamento de segurança	1	1
	<u>178</u>	<u>132</u>
	<u>320</u>	<u>381</u>

12 Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Dotação do Exercício	5 327	25 323
Reversão do Exercício	(3 770)	(24 003)
Recuperação de crédito e de juros	(220)	(3 042)
	<u>1 337</u>	<u>(1 722)</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Crédito aplica nas suas contas as NCAs, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística descrita na nota 1 b).

13 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do Exercício	2 477	5 282
Reversão do Exercício	(2 083)	(4 863)
	<u>394</u>	<u>419</u>
Outras provisões para outros riscos e encargos		
Dotação do Exercício	5 355	10
Reversão do Exercício	(5 207)	(430)
	<u>148</u>	<u>(420)</u>
	<u>542</u>	<u>(1)</u>

14 Imparidade de outros ativos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Dotação do Exercício	1 144	-
Reversão do Exercício	-	-
	<u>1 144</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Dotação do Exercício inclui o valor de Euros 1.144.000 relativos à imparidade constituída para as notas da Classe B do Aqua NPL nº 1, conforme nota 7 e nota 19.

15 Imparidade de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Imparidade para activos não correntes detidos para venda		
Dotação do Exercício	16	-
Reversão do Exercício	(30)	-
	<u>(14)</u>	<u>-</u>
Imparidade para outros activos		
Dotação do Exercício	677	982
Reversão do Exercício	-	-
	<u>677</u>	<u>982</u>
	<u>663</u>	<u>982</u>

16 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Caixa	<u>1</u>	<u>1</u>

17 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Em instituições de crédito no país	1 303	3
Em instituições de crédito no estrangeiro	35	36
	<u>1 338</u>	<u>39</u>

18 Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	-	8
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	258	6 129

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação		
Nível 2	-	8
	-	8
Passivos financeiros detidos para negociação		
Nível 2	258	6 129
	258	6 129

O valor de balanço dos ativos financeiros e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2015 pode ser analisado como segue:

		2015						
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/ Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição do justo valor no ano	Justo valor	Varição do justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	17 902	(258)	265	2 165	(2 419)	15 717	17 882
Swap de taxa de juro	Outros	-	-	5 598	-	-	-	-
		17 902	(258)	5 863	2 165	(2 419)	15 717	17 882

O valor de balanço dos ativos financeiros e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de Dezembro de 2014 pode ser analisado como segue:

		2014						
Produto derivado	Activo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Activo/ Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição do justo valor no ano	Justo valor	Varição do justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	17 902	(523)	491	4 584	(2 762)	13 298	17 882
Swap de taxa de juro	Outros	200 000	(5 598)	4 223	-	-	-	-
		217 902	(6 121)	4 714	4 584	(2 762)	13 298	17 882

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2015 é a seguinte:

2015					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor	
	Entre 3			Activo	Passivo
	Inferior a 3 meses	meses e 1 ano	Superior a 1 ano		
Contratos sobre taxa de juro					
Swap de taxa de juro	-	-	17 902	-	(258)
	-	-	17 902	-	(258)

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:

2014					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor	
	Entre 3			Activo	Passivo
	Inferior a 3 meses	meses e 1 ano	Superior a 1 ano		
Contratos sobre taxa de juro					
Swap de taxa de juro	-	-	217 902	8	(6 129)
	-	-	217 902	8	(6 129)

19 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Títulos		
Emitidos por residentes		
De outros residentes - Adquiridos no âmbito de operações de titularização	123 432	123 432

A 31 de Dezembro de 2015 a rubrica de Títulos emitidos por residentes - De outros residentes – Adquiridos no âmbito de operações de titularização, regista os títulos referentes à titularização Pelican Finance n.º 1 Classe A, B e C e à titularização Aqua NPL n.º 1 Classe B e apresentam uma maturidade superior a 5 anos

Em 2015, o Montepio Crédito adquiriu, no âmbito da venda de créditos efetuada, a Classe B do veículo Aqua Finance nº1. Estes títulos foram integralmente provisionados em 2015, conforme notas 7 e 14.

No âmbito de operações de redesconto de dívidas junto do BCE por parte da CEMG, o Montepio Crédito procedeu a um contrato de alienação fiduciária com garantia da totalidade dos títulos Pelican Finance nº 1 Classe A.

Os ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Dotação do exercício	1 144 000	-
Reversão do exercício	-	-
Utilização de imparidade	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-
	1.144.000	-

20 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	7 455	8 579
Locação financeira	125 860	109 581
Outros créditos	23 706	23 215
A particulares		
Locação financeira	28 234	31 681
Consumo e outros créditos	154 991	135 548
	<u>340 246</u>	<u>308 604</u>
 Correcção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura	 1 176	 2 261
 Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	632	1 258
Mais de 90 dias	19 603	33 851
	<u>20 235</u>	<u>35 109</u>
	<u>361 657</u>	<u>345 974</u>
 Imparidade para riscos de crédito	 (19 723)	 (33 505)
	<u>341 934</u>	<u>312 469</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade, tem a seguinte estrutura:

2015					
	Locação financeira	Aluguer de longa	Outras operações	Correcção de valor	
	Euros '000	duração	de crédito	de activos objecto	
		Euros '000	Euros '000	de operações de	Total
				cobertura	Euros '000
				Euros '000	
Até 3 meses	3 621	90	2 351	18	6 080
De 3 meses a um ano	12 067	366	7 276	102	19 811
De 1 a 5 anos	122 209	2 340	89 032	963	214 544
Superior a 5 anos	13 012	389	87 493	93	100 987
Indeterminado	5 534	780	13 921	-	20 235
	<u>156 443</u>	<u>3 965</u>	<u>200 073</u>	<u>1 176</u>	<u>361 657</u>
2014					
	Locação financeira	Aluguer de longa	Outras operações	Correcção de valor	
	Euros '000	duração	de crédito	de activos objecto	
		Euros '000	Euros '000	de operações de	Total
				cobertura	Euros '000
				Euros '000	
Até 3 meses	3 433	199	7 746	19	11 397
De 3 meses a um ano	9 872	544	5 940	163	16 519
De 1 a 5 anos	110 847	2 964	85 460	1 725	200 996
Superior a 5 anos	12 995	408	68 196	354	81 953
Indeterminado	5 765	1 097	28 247	-	35 109
	<u>142 912</u>	<u>5 212</u>	<u>195 589</u>	<u>2 261</u>	<u>345 974</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Crédito concedido, por tipo de clientes, têm a seguinte estrutura:

2015						
Tipo cliente	Crédito Euros '000	Locação Financeira Euros '000	ALD Euros '000	Contas correntes Euros '000	Correcção de valor de activos objecto de operações de cobertura Euros '000	Total Euros '000
Empresas	25 761	129 083	1 875	8 825	100	165 644
Particulares	165 487	27 360	2 090	-	1 076	196 013
	<u>191 248</u>	<u>156 443</u>	<u>3 965</u>	<u>8 825</u>	<u>1 176</u>	<u>361 657</u>

2014						
Tipo cliente	Crédito Euros '000	Locação Financeira Euros '000	ALD Euros '000	Contas correntes Euros '000	Correcção de valor de activos objecto de operações de cobertura Euros '000	Total Euros '000
Empresas	40 139	112 687	2 444	9 196	160	164 626
Particulares	146 254	30 225	2 768	-	1 201	180 448
	<u>186 393</u>	<u>142 912</u>	<u>5 212</u>	<u>9 196</u>	<u>1 361</u>	<u>345 074</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Crédito e juros vencidos, por tipo de clientes, têm a seguinte estrutura:

2015						
Tipo de cliente	Prazo	Crédito Euros '000	Locação Financeira Euros '000	ALD Euros '000	Contas Correntes Euros '000	Total Euros '000
Empresas	< 3 meses	62	254	1	-	317
	3 - 6 m	29	58	-	-	87
	6 - 9 m	26	101	-	-	127
	9 - 12 m	71	36	-	125	232
	12 - 15 m	183	51	3	470	707
	15 - 18 m	49	83	-	-	132
	18 - 24 m	136	233	10	150	529
	24 - 30 m	106	523	-	164	793
	30 - 36 m	150	340	26	68	584
	36 - 48 m	354	1 392	257	318	2 321
	48 - 60 m	528	846	74	75	1 523
	> 60 m	361	580	230	-	1 171
		2 055	4 497	601	1 370	8 523
Particulares	< 3 meses	250	60	4	-	314
	3 - 6 m	85	12	1	-	98
	6 - 9 m	171	30	1	-	202
	9 - 12 m	257	30	1	-	288
	12 - 15 m	344	11	3	-	358
	15 - 18 m	287	17	6	-	310
	18 - 24 m	639	43	-	-	682
	24 - 30 m	727	49	-	-	776
	30 - 36 m	850	61	28	-	939
	36 - 48 m	1 298	248	20	-	1 566
	48 - 60 m	1 919	184	32	-	2 135
	> 60 m	3 669	292	83	-	4 044
		10 496	1 037	179	-	11 712
		12 551	5 534	780	1 370	20 235

2014						
Tipo de cliente	Prazo	Crédito Euros '000	Locação Financeira Euros '000	ALD Euros '000	Contas Correntes Euros '000	Total Euros '000
Empresas	< 3 meses	67	469	184	107	827
	3 - 6 m	37	55	-	-	92
	6 - 9 m	42	45	2	-	89
	9 - 12 m	70	234	27	-	331
	12 - 15 m	54	264	3	50	371
	15 - 18 m	76	222	-	-	298
	18 - 24 m	140	376	19	68	603
	24 - 30 m	132	743	119	16	1 010
	30 - 36 m	234	766	202	301	1 503
	36 - 48 m	543	890	79	75	1 587
	48 - 60 m	229	420	88	-	737
	> 60 m	1 349	186	157	-	1 692
		<u>2 973</u>	<u>4 670</u>	<u>880</u>	<u>617</u>	<u>9 140</u>
Particulares	< 3 meses	364	65	4	-	433
	3 - 6 m	121	25	6	-	152
	6 - 9 m	305	14	1	-	320
	9 - 12 m	344	62	-	-	406
	12 - 15 m	303	6	4	-	313
	15 - 18 m	536	32	-	-	568
	18 - 24 m	941	57	37	-	1 035
	24 - 30 m	735	159	10	-	904
	30 - 36 m	707	118	17	-	842
	36 - 48 m	2 063	230	27	-	2 320
	48 - 60 m	2 206	183	31	-	2 420
	> 60 m	16 032	144	80	-	16 256
		<u>24 657</u>	<u>1 095</u>	<u>217</u>	<u>-</u>	<u>25 969</u>
		<u>27 630</u>	<u>5 765</u>	<u>1 097</u>	<u>617</u>	<u>35 109</u>

O crédito vincendo em locação financeira, em 31 de Dezembro de 2015, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

Crédito em locação financeira			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000
Rendas vincendas	6 990	102 355	14 736
Juros Vincendos	(526)	(12 186)	(2 495)
Valores residuais	10 231	34 365	1 160
	<u>16 695</u>	<u>124 534</u>	<u>13 401</u>
			<u>154 630</u>

O crédito vincendo em locação financeira, em 31 de Dezembro de 2014, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação financeira			
	Até 1 ano	De 1 a 5	A mais de	Total
	Euros '000	anos Euros '000	5 anos Euros '000	Euros '000
Rendas vincendas	8 474	102 684	15 281	126 439
Juros Vincendos	(895)	(12 917)	(3 062)	(16 874)
Valores residuais	7 470	24 044	1 183	32 697
	<u>15 049</u>	<u>113 811</u>	<u>13 402</u>	<u>142 262</u>

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	33 505	32 102
Dotação do exercício	5 327	25 323
Reversão do exercício	(3 770)	(24 003)
Utilização de imparidade	(15 339)	(3)
Outros	-	86
Saldo em 31 de Dezembro	<u>19 723</u>	<u>33 505</u>

Adicionalmente, o Montepio Crédito regista em 31 de Dezembro de 2015, Euros 4.201.000 de provisões para riscos gerais de crédito (2014: Euros 3.807.000), as quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 27.

Em conformidade com a política do Montepio Crédito, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidas como proveitos apenas quando recebidos.

A carteira de crédito a clientes inclui contratos que resultaram de uma reestruturação formal com os clientes e consequente constituição de novo financiamento em substituição dos anteriores. A reestruturação pode resultar de um reforço de garantias e/ou liquidação de parte do crédito e implicar uma prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados, por tipo de crédito, é a seguinte:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente		
Locação financeira	927	611
Utilização de imparidade	154	151
Outros créditos	-	-
A particulares		
Locação financeira	331	270
Consumo e outros créditos	2 786	2 519
Saldo em 31 de Dezembro	<u>4 198</u>	<u>3 551</u>

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2015:

	Classes de Incumprimento					Total Euros'000
	Até 3 meses Euros '000	3 - 6 meses Euros'000	6 - 12 meses Euros'000	1 - 3 anos Euros'000	Mais de 3 anos Euros'000	
Crédito Vencido com Garantia	357	138	548	3 395	7 616	12 054
Imparidade existente	9	14	156	2 896	7 620	10 695
Crédito Vencido sem Garantia	113	53	306	2 513	5 190	8 175
Imparidade existente	6	15	212	2 518	5 199	7 950
Total de crédito vencido	470	191	854	5 908	12 806	20 229
Total de imparidade para crédito vencido	15	29	368	5 414	12 819	18 645
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	2	9	105	811	151	1 078
Total de imparidades para risco de crédito	17	38	473	6 225	12 970	19 723

A desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2014, por classes de incumprimento é a seguinte:

	Classes de Incumprimento					Total Euros'000
	Até 3 meses Euros '000	3 - 6 meses Euros'000	6 - 12 meses Euros'000	1 - 3 anos Euros'000	Mais de 3 anos Euros'000	
Crédito Vencido com Garantia	726	208	853	5 359	6 458	13 604
Imparidade existente	22	22	234	4 661	6 462	11 401
Crédito Vencido sem Garantia	413	56	297	2 161	18 578	21 505
Imparidade existente	9	15	198	2 168	18 580	20 970
Total de crédito vencido	1 139	264	1 150	7 520	25 036	35 109
Total de imparidade para crédito vencido	31	37	432	6 829	25 042	32 371
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	2	11	117	930	74	1 134
Total de imparidades para risco de crédito	33	48	549	7 759	25 116	33 505

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Crédito com garantias reais	5 106	6 883
Crédito com outras garantias	6 408	5 495
Crédito sem garantias	8 209	21 127
	19 723	33 505

Em conformidade com a política contabilística 1 b), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Crédito com outras garantias	2 490	-
Crédito sem garantias	12 849	3
	<u>15 339</u>	<u>3</u>

21 Ativos e Passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Activos não correntes detidos para venda		
Sucursal Roménia - Unidade descontinuada	-	58
Equipamento Leasing	28	27
Equipamento ALD	25	16
	<u>53</u>	<u>101</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda	<u>(48)</u>	<u>-</u>
	<u>5</u>	<u>101</u>
Passivos não correntes detidos para venda		
Sucursal Roménia - Unidade descontinuada	-	77
	<u>-</u>	<u>77</u>

No exercício de 2014, o Montepio Crédito decidiu proceder ao encerramento da sucursal da Roménia. O processo de encerramento ficou concluído no exercício de 2015.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2014, ativos e passivos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), correspondendo aos ativos e passivos da sucursal.

As rubricas Equipamento *Leasing* e Equipamento ALD registam ainda ativos que correspondem aos veículos automóveis cuja opção de compra não foi exercida pelo cliente no final da vigência do contrato e a bens recuperados relativos à resolução de contratos por incumprimento.

Adicionalmente, é de referir que as viaturas ainda em carteira estão disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, tendo o Montepio Crédito uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às atuais condições de mercado, por vezes, não é possível, em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado.

Os movimentos dos ativos não correntes detidos para venda no exercício de 2015 e 2014 são apresentados como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	101	297
Aquisições	3 068	2 316
Alienações	(3 522)	(2 852)
Outros movimentos	406	340
Saldo em 31 de Dezembro	<u>53</u>	<u>101</u>

Os movimentos de imparidade para ativos não correntes detidos para venda são apresentados como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	62	62
Dotação do Exercício	16	-
Reversão do Exercício	(30)	-
Utilização	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>48</u>	<u>62</u>

22 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Custos		
Equipamento		
Mobiliário e material	362	362
Máquinas e ferramentas	101	99
Equipamento informático	1 150	1 123
Instalações interiores	149	145
Equipamento de Transporte	877	496
Equipamento de segurança	27	22
Outros activos tangíveis	4	4
	<u>2 670</u>	<u>2 251</u>
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(178)	(132)
Relativas a exercícios anteriores	(1 694)	(1 648)
	<u>(1 872)</u>	<u>(1 780)</u>
	<u>798</u>	<u>471</u>

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Equipamento					
Mobiliário e material	362	-	-	-	362
Máquinas e ferramentas	99	2	-	-	101
Equipamento informático	1 123	27	-	-	1 150
Instalações interiores	145	5	(1)	-	149
Equipamento de transporte	496	648	(267)	-	877
Equipamento de segurança	22	5	-	-	27
Outros activos tangíveis	4	-	-	-	4
	<u>2 251</u>	<u>687</u>	<u>(268)</u>	<u>-</u>	<u>2 670</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(344)	(6)	-	-	(350)
Máquinas e ferramentas	(100)	-	-	-	(100)
Equipamento informático	(1 039)	(46)	-	-	(1 085)
Instalações interiores	(128)	(5)	1	-	(132)
Equipamento de transporte	(144)	(120)	85	-	(179)
Equipamento de segurança	(21)	(1)	-	-	(22)
Outros activos tangíveis	(4)	-	-	-	(4)
	<u>(1 780)</u>	<u>(178)</u>	<u>86</u>	<u>-</u>	<u>(1 872)</u>
	<u>471</u>				<u>798</u>

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2014, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Equipamento					
Mobiliário e material	360	2	-	-	362
Máquinas e ferramentas	99	-	-	-	99
Equipamento informático	1 096	45	(18)	-	1 123
Instalações interiores	145	-	-	-	145
Equipamento de transporte	285	238	(48)	21	496
Equipamento de segurança	22	-	-	-	22
Activos em locação operacional	23 984	-	-	(23 984)	-
Outros activos tangíveis	4	-	-	-	4
	<u>25 995</u>	<u>285</u>	<u>(66)</u>	<u>(23 963)</u>	<u>2 251</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(337)	(8)	-	1	(344)
Máquinas e ferramentas	(100)	-	-	-	(100)
Equipamento informático	(1 026)	(31)	18	-	(1 039)
Instalações interiores	(120)	(8)	-	-	(128)
Equipamento de transporte	(97)	(84)	37	-	(144)
Equipamento de segurança	(20)	(1)	-	-	(21)
Activos em locação operacional	(2 862)	-	-	2 862	-
Outros activos tangíveis	(4)	-	-	-	(4)
	<u>(4 566)</u>	<u>(132)</u>	<u>55</u>	<u>2 863</u>	<u>(1 780)</u>
	<u>21 429</u>				<u>471</u>

A rubrica de Regularizações / Transferências relativa a Activos em locação operacional está relacionada com a alteração da política contabilística efetuada.

23 Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Custo		
Software	3 376	3 110
Activos intangíveis em curso	84	26
	<u>3 460</u>	<u>3 136</u>
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(142)	(248)
Relativas a exercícios anteriores	(2 930)	(2 682)
	<u>(3 072)</u>	<u>(2 930)</u>
	<u>388</u>	<u>206</u>

A 31 de Dezembro de 2015, não foi determinada a necessidade de constituição de perdas por imparidade para estes ativos.

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Software	3 110	12	-	254	3 376
Activos intangíveis em curso	26	289	-	(231)	84
	<u>3 136</u>	<u>301</u>	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>3 460</u>
Amortizações acumuladas					
Software	(2 930)	(142)	-	-	(3 072)
	<u>206</u>				<u>388</u>

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o exercício de 2014, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo					
Software	3 028	2	-	80	3 110
Activos intangíveis em curso	53	53	-	(80)	26
	<u>3 081</u>	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 136</u>
Amortizações acumuladas					
Software	(2 682)	(249)	-	1	(2 930)
	<u>399</u>				<u>206</u>

24 Impostos

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 s), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como se segue:

	Activo		Passivo		Líquido	
	2015 Euros '000	2014 Euros '000	2015 Euros '000	2014 Euros '000	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Outros activos tangíveis	43	10	-	-	43	10
Activos intangíveis	4	5	-	-	4	5
Provisões	1 390	1 255	-	-	1 390	1 255
Benefícios dos empregados - Outros	191	180	-	-	191	180
Benefícios dos empregados - Prémios de antiguidade	81	80	-	-	81	80
Prejuízos fiscais reportáveis	-	142	-	-	-	142
Benefícios fiscais	-	639	-	-	-	639
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	<u>1 709</u>	<u>2 311</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 709</u>	<u>2 311</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Através da Lei n.º 82-B/2014, de 16 de Janeiro (Lei do Orçamento de Estado para 2015), foi reduzida a taxa de IRC, aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2015, de 23% para 21%.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2015	2014
	%	%
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	5,0%	5,0%
Total (b)	<u>27,5%</u>	<u>27,5%</u>

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

O Montepio Crédito avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base as expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

Ano geração prejuízo fiscal	Ano limite para a dedução	Prejuízos fiscais reportáveis à data de	
		2015	2014
		Euros '000	Euros '000
2011	2015	-	142
		<u>-</u>	<u>142</u>

O Montepio Crédito não apresenta impostos diferidos por reconhecer relativos a prejuízos fiscais.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Saldo inicial	2 311	5 580
Reconhecido em resultados	(602)	(3 269)
Saldo final (Activo / (Passivo))	1 709	2 311

O imposto reconhecido em resultados e reservas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 teve as seguintes origens:

	2015	2014
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em resultados
Outros activos tangíveis	33	(13)
Activos intangíveis	(1)	(1)
Provisões	135	340
Benefícios dos empregados - Fundo de pensões	11	12
Benefícios dos empregados - Prémios de antiguidade	1	(67)
Benefícios dos empregados - Outros	-	-
CFEI	(639)	(231)
Prejuízos fiscais reportáveis	(142)	(3 309)
Imposto Diferido	(602)	(3 269)
Impostos Correntes	(2 872)	(276)
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	(3 474)	(3 545)

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	2015		2014	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		12 401		4 390
Taxa de imposto corrente	27,5		29,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		3 410		1 295
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável	14,1	1 750	16,2	712
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável	(7,2)	(892)	(37,4)	(1 642)
Prejuízos fiscais não utilizados	-	-	75,4	3 309
Benefícios fiscais	(6,9)	(854)	(4,4)	(193)
Tributações autónomas	0,5	60	1,5	64
Imposto do exercício	28,0	<u>3 474</u>	80,8	<u>3 545</u>

O Montepio Crédito reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. Na presente data não existem impostos diferidos não reconhecidos.

25 Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Devedores e outras aplicações vencidas	3	28
Devedores e outras aplicações:		
Sector Público Administrativo	4 172	5 011
Clientes – valores de IVA	2 276	2 256
Devedores diversos	1 039	1 833
Instituto Gestão Financeira Patrimonial Justiça	126	164
Outros rendimentos a receber	362	331
Despesas com encargo diferido:		
Contribuições para fundo de pensões e outros benefícios	-	19
Outras despesas com encargo diferido	293	172
Valor dos activos do fundo de pensões líquido de responsabilidades	535	573
Comissões por serviços prestados	228	241
Outras contas de regularização:		
Securitização Pelican 1	2 813	4 081
Securitização Aqua NPL 1	99	-
Outras	6	465
	<u>11 952</u>	<u>15 174</u>
Imparidade para outros activos	(1 659)	(982)
	<u><u>10 293</u></u>	<u><u>14 192</u></u>

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Outros Ativos inclui o valor de Euros 535.000 (31 de Dezembro 2014: Euros 573.000) relativo aos ativos líquidos reconhecidos em Balanço e que representam a diferença entre os ativos e as responsabilidades em pensões, benefícios de saúde e outros, conforme nota 36.

Contingências e processos judiciais

Na sequência da inspeção fiscal realizada ao ano de 2005, o Montepio Crédito foi confrontado com uma interpretação diversa, por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), no que se refere ao apuramento da percentagem do prorrata definitivo do IVA. Esta interpretação origina que as operações de *Leasing* e de Aluguer de Longa Duração sejam divididas por componentes, amortização financeira e juros, desconsiderando a primeira destas do numerador da fração prevista para o apuramento da referida percentagem. O Montepio Crédito entende, fundamentada em pareceres jurídicos e fiscais e na realidade das legislações vigentes nos restantes países da União Europeia nesta matéria, as quais respeitam o princípio da neutralidade do IVA, que uma instituição financeira com atividades mistas deverá incluir nos numeradores dos respetivos prorrata de dedução os montantes totais das rendas de locação financeira. Neste contexto, foi interposta impugnação judicial da correspondente liquidação adicional de IVA e juros compensatórios, com pedido de reenvio pré-judicial para o Tribunal de Justiça das Comunidades, atendendo ao facto de o imposto em causa se tratar de um imposto harmonizado sujeito à legislação comunitária e de a administração tributária, no entender do Montepio Crédito, estar a violar não apenas o Código do IVA, mas também as Diretivas Comunitárias nesta matéria.

Em 2013 o Montepio Crédito procedeu à regularização das dívidas fiscais ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais (RERD).

O detalhe da rubrica Devedores e outras aplicações – Sector Público Administrativo é o seguinte:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
IVA a recuperar		
Reporte de imposto	721	583
Reembolsos pedidos	-	967
IUC a recuperar	93	50
RERD		
IUC 2008/2009/2010/2011/2012	184	210
IVA 1999	11	11
IVA 2002	5	5
IVA 2005	717	717
IVA 2006	712	712
IVA 2010	129	129
IVA 2009/2011	313	313
IRC 1997/1998/1999	205	232
IRC 2002	67	67
IRC 2003	130	130
IRC 2005	610	610
IRC 2006	250	250
IRC 2009	25	25
	4 172	5 011

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	982	-
Dotação do exercício	677	982
Reversão do exercício	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1 659</u>	<u>982</u>

26 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015			2014		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Descobertos em depósitos à ordem:						
Em Instituições da CEMG	-	-	-	-	693	693
Empréstimos:						
Em Instituições da CEMG						
Contas Caucionadas	-	192 556	192 556	-	175 114	175 114
Linha BEI	-	32 565	32 565	-	25 049	25 049
Contrato alienação fiduciária	-	70 002	70 002	-	72 003	72 003
	<u>-</u>	<u>295 123</u>	<u>295 123</u>	<u>-</u>	<u>272 859</u>	<u>272 859</u>

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Até 3 meses	74 611	72 981
3 meses até 6 meses	220 512	199 878
	<u>295 123</u>	<u>272 859</u>

27 Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização - Pelican Finance nº 1	117 532	117 532
	<u>117 532</u>	<u>117 532</u>

28 Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	4 201	3 807
Provisões para outros riscos e encargos	158	10
	<u>4 359</u>	<u>3 817</u>

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	3 807	3 388
Dotação do exercício	2 477	5 282
Reversão do exercício	(2 083)	(4 863)
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>4 201</u>	<u>3 807</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	10	1 005
Dotação do exercício	5 355	10
Reversão do exercício	(5 207)	(430)
Utilizações	-	(490)
Transferências	-	(85)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>158</u>	<u>10</u>

29 Outros passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Valor da emissão	17 902	17 902
Readquiridos	(20)	(20)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(2 165)	(4 584)
	<u>15 717</u>	<u>13 298</u>

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2015 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
FNB Indices estratégicos 07/17	Nov.2007	Mai.2017	17 902	Euribor a 6 meses + 0,75%	15 717

Referências:

- A remuneração é paga semestralmente. Os 4 primeiros cupões serão fixos (taxa anual de 5%). Para os seguintes a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * (\text{Euribor a 6 meses} + 0,90\%)$$
onde
n é o número de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado
N é o número de dias úteis do período respetivo
Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data cupão	Taxa fixa	Intervalos
1.º semestre	29-Mai-08	5%	-
2.º semestre	29-Nov-08	5%	-
3.º semestre	29-Mai-09	5%	-
4.º semestre	29-Nov-09	5%	-
5.º semestre	29-Mai-10	-	[3,00%; 5,50%]
6.º semestre	29-Nov-10	-	[3,00%; 5,50%]
7.º semestre	29-Mai-11	-	[3,00%; 5,50%]
8.º semestre	29-Nov-11	-	[3,00%; 5,50%]
9.º semestre	29-Mai-12	-	[2,50%; 5,35%]
10.º semestre	29-Nov-12	-	[2,50%; 5,35%]
11.º semestre	29-Mai-13	-	[2,50%; 5,25%]
12.º semestre	29-Nov-13	-	[2,50%; 5,25%]
13.º semestre	29-Mai-14	-	[2,50%; 5,25%]
14.º semestre	29-Nov-14	-	[2,50%; 5,25%]
15.º semestre	29-Mai-15	-	[2,50%; 5,00%]
16.º semestre	29-Nov-15	-	[2,50%; 5,00%]
17.º semestre	29-Mai-16	-	[2,50%; 5,00%]
18.º semestre	29-Nov-16	-	[2,50%; 5,00%]
19.º semestre	29-Mai-17	-	[2,50%; 5,00%]
20.º semestre	29-Nov-17	-	[2,50%; 5,00%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na base Atual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página Euribor01 Reuters, ou noutra que a substitua.
O valor da Euribor 6 meses observado no 5.º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respetivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2014 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço
FNB Indices estratégicos 07/17	Nov.2007	Mai.2017	17 902	Euribor a 6 meses + 0,75%	13 298

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentado na nota 35.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o empréstimo subordinado vencia juros semestrais postecipados, sendo as taxas de juro efetivas compreendidas entre 2,5% e 5,00%.

30 Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Credores e outros recursos		
Cauções - Aluguer Longa Duração	1 060	1 325
Fornecedores	4 073	8 590
Credores por vendas a crédito	1 343	593
Montepio Holding	1 016	1 291
Sector Público Administrativo	329	287
Contribuições para outros sistemas de saúde	62	21
Sindicatos	5	4
Outros credores	2	48
	<u>7 890</u>	<u>12 159</u>
Encargos a pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	1 104	977
Campanhas de publicidade	108	-
Outros encargos a pagar	195	132
	<u>1 407</u>	<u>1 109</u>
Operações a regularizar		
Outros valores a pagar	2 266	1 369
Securitização Pelican No. 1	-	1 464
Outros	2	2
	<u>2 268</u>	<u>2 835</u>
	<u>11 565</u>	<u>16 103</u>

31 Capital

O capital social do Montepio Crédito no montante de Euros 30.000.000 integralmente realizado, através da emissão de 30.000.000 de ações ordinárias com o valor nominal de Euros 1 cada.

Em 31 de Dezembro de 2015, o Montepio Holding, S.G.P.S. S.A. detém 100% das ações representativas do capital social do Montepio Crédito.

32 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Montepio Crédito deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do seu capital social. De referir, que esta reserva não pode ser distribuída.

A variação da reserva legal é analisada na nota 32.

33 Prémios de emissão, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Prémios de emissão	<u>1 498</u>	<u>1 498</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	1 956	1 873
Reserva estatutária e outras reservas	727	727
Resultados transitados	(10 590)	(11 527)
	<u>(7 907)</u>	<u>(8 927)</u>

34 Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avales prestados	81 000	81 000
Compromissos perante terceiros	2 582	2 884
Operações cambiais e instrumentos financeiros	17 902	217 902
Outras contas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	23 446	116 043
Juros vencidos	1 396	1 287
Despesas de crédito vencido	2 059	2 041
Dívidas em contencioso	47 022	46 629
	<u>175 407</u>	<u>467 786</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Montepio Crédito.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 b) a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Montepio Crédito na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

35 Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de pricing do Montepio Crédito.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Montepio Crédito.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Ativos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (exceto derivados) e Ativos financeiros disponíveis para venda.*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (Bid-price), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standards* (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

- *Derivados de cobertura e de negociação*

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respetivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados “ao balcão”, aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respetivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

– *Crédito a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Montepio Crédito para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2015. A taxa média de desconto foi de 4,82% (2014: 4,99%) assumindo a projeção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

– *Crédito a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra refletido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Montepio Crédito adota contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Montepio Crédito.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2015, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro e Dólar Norte-americano utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito:

	Moedas	
	Euro	Dólar Norte Americano
1 dia	(0,2490%)	0,5500%
7 dias	(0,2490%)	0,3920%
1 mês	(0,2050%)	0,6100%
2 meses	(0,1650%)	0,6700%
3 meses	(0,1310%)	0,7550%
6 meses	(0,0400%)	0,9400%
9 meses	0,0040%	1,1200%
1 ano	0,0600%	1,1150%
2 anos	(0,0325%)	1,1870%
3 anos	0,0590%	1,4340%
5 anos	0,3280%	1,7720%
7 anos	0,6210%	2,0040%
10 anos	1,0000%	2,2360%
15 anos	1,3990%	2,4640%
20 anos	1,5670%	2,5180%
30 anos	1,6100%	2,6070%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2014, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro e Dólar Norte-americano utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito:

	Moedas	
	Euro	Dólar Norte Americano
1 dia	(0,0150%)	0,1700%
7 dias	(0,0150%)	0,1980%
1 mês	0,0180%	0,3100%
2 meses	0,0440%	0,3750%
3 meses	0,0780%	0,1900%
6 meses	0,1710%	0,5000%
9 meses	0,2450%	0,6000%
1 ano	0,3250%	0,8200%
2 anos	0,1770%	0,8930%
3 anos	0,2240%	1,2930%
5 anos	0,3600%	1,7880%
7 anos	0,5320%	2,0640%
10 anos	0,8195%	2,3060%
15 anos	1,1528%	2,5280%
20 anos	1,3268%	2,6070%
30 anos	1,4718%	2,6830%

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é apresentada como segue:

	2015				
	Ao justo valor através de resultados Euros '000	Ao justo valor através de reservas Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos Financeiros:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	1 338	1 338	1 138
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	123 432	-	123 432	123 432
Crédito a clientes	-	-	341 934	341 934	349 827
	-	123 432	343 273	466 705	474 398
Passivos financeiros:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	295 123	295 123	295 123
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	117 532	117 532	117 532
Passivos financeiros detidos para negociação	258	-	-	258	258
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	15 717	-	-	15 717	15 717
	15 975	-	412 655	428 630	428 630

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2015

2014					
	Ao justo valor através de resultados Euros '000	Ao justo valor através de reservas Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Activos financeiros:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	1	1	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	39	39	39
Activos financeiros detidos para negociação	8	-	-	8	8
Activos financeiros disponíveis para venda	-	123 432	-	123 432	123 432
Crédito a clientes	-	-	312 469	312 469	319 415
	<u>8</u>	<u>123 432</u>	<u>312 509</u>	<u>435 949</u>	<u>442 895</u>
Passivos financeiros:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	272 859	272 859	272 859
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	117 532	117 532	117 532
Passivos financeiros detidos para negociação	6 129	-	-	6 129	6 129
Outros passivos subordinados	13 298	-	-	13 298	13 298
	<u>19 427</u>	<u>-</u>	<u>390 391</u>	<u>409 818</u>	<u>409 818</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2015:

2015					
	Nível 1 Euros'000	Nível 2 Euros'000	Nível 3 Euros'000	Instrumentos financeiros ao custo Euros'000	Valor contabilístico Euros'000
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	-	-	-	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 338	-	-	-	1 338
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	123 432	123 432
Crédito a clientes	-	-	341 934	-	341 934
	<u>1 339</u>	<u>-</u>	<u>341 934</u>	<u>123 432</u>	<u>466 705</u>
Passivos financeiros					
Recursos de outras instituições de crédito	295 123	-	-	-	295 123
Passivos financeiros associados a activos transferidos	117 532	-	-	-	117 532
Passivos financeiros detidos para negociação	-	258	-	-	258
Outros passivos subordinados	-	15 717	-	-	15 717
	<u>412 655</u>	<u>15 975</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>428 630</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito, os seus justos valores com referência a 31 de Dezembro de 2014:

	2014				
	Nível 1 Euros'000	Nível 2 Euros'000	Nível 3 Euros'000	Instrumentos financeiros ao custo Euros'000	Valor contabilístico Euros'000
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	-	-	-	1
Disponibilidades em outras instituições de crédito	39	-	-	-	39
Activos financeiros detidos para negociação	-	8	-	-	8
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	123 432	123 432
Crédito a clientes	-	-	312 469	-	312 469
	<u>40</u>	<u>8</u>	<u>312 469</u>	<u>123 432</u>	<u>435 949</u>
Passivos financeiros					
Recursos de outras instituições de crédito	272 859	-	-	-	272 859
Passivos financeiros associados a activos transferidos	117 532	-	-	-	117 532
Passivos financeiros detidos para negociação	-	6 129	-	-	6 129
Outros passivos subordinados	-	13 298	-	-	13 298
	<u>390 391</u>	<u>19 427</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>409 818</u>

O Montepio Crédito utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados direto (preços, taxas, *spreads*, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Montepio Crédito considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação;
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

36 Benefícios dos empregados

O Montepio Crédito assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r).

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	2015	2014	2015	2014
Pressupostos financeiros				
Taxa de evolução salarial	1,25%	0,75%	1,90%	1,40%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%	0,05%	-	0,07%
Taxas de rendimento do fundo	2,85%	2,50%	2,30%	7,90%
Taxa de desconto	2,85%	2,50%	-	-
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação				
Tábua de mortalidade				
Homens	TV 88/90	TV 88/90		
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial	UCP	UCP		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2015	2014
Activos	118	118
Reformados e sobreviventes	2	2
	120	120

Tendo em consideração a alteração da política contabilística efetuada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, conforme explicado na política contabilística descrita na nota 1 r) a aplicação do IAS 19 – Benefícios dos empregados, traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com pensões de reforma		
Pensionistas	(240)	(246)
Activos	(7 274)	(7 077)
	(7 514)	(7 323)
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	(32)	(33)
Activos	(574)	(510)
	(606)	(543)
Responsabilidades com subsídio por morte		
Pensionistas	(2)	(2)
Activos	(19)	(18)
	(21)	(20)
Total das responsabilidades	(8 141)	(7 886)
Coberturas		
Saldo do Fundo	8 676	8 459
Activos líquidos em Balanço (ver nota 24)	535	573
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	(1 558)	(1 363)

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r), o Montepio Crédito procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e outros e dos ganhos e perdas atuariais anualmente.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r) e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios dos empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é analisada como segue:

	2015				2014			
	Pensões de reforma Euros'000	Benefícios de saúde Euros'000	Subsídio por morte Euros'000	Total Euros'000	Pensões de reforma Euros'000	Benefícios de saúde Euros'000	Subsídio por morte Euros'000	Total Euros'000
Responsabilidades no início do exercício	7 324	543	20	7 887	5 928	416	13	6 357
Custo do serviço corrente	245	41	1	287	216	34	1	251
Custo dos juros	183	14	-	197	237	17	1	255
(Ganhos) e perdas actuariais								
- Alterações de pressupostos e condições dos planos	69	7	(1)	75	1 299	105	7	1 411
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	(293)	3	-	(290)	(354)	(29)	(2)	(385)
Pensões pagas pelo fundo	(14)	(1)	-	(15)	(2)	-	-	(2)
Responsabilidades no final do exercício	7 514	607	20	8 141	7 324	543	20	7 887

De referir que o fundo de pensões, denominado “Fundo de Pensões Montepio”, é gerido pela “Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”, no qual o Montepio Crédito participa em 1,31% (2014: 1,43%).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 pode ser analisada como segue:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Saldos dos fundos no início do exercício	8 459	7 802
Rendimento real do fundo	191	620
Contribuições dos empregados	40	39
Pensões pagas pelo fundo	(14)	(2)
Saldos dos fundos no fim do exercício	8 676	8 459

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Obrigações	5 673	5 843
Acções	1 930	1 184
Aplicações em bancos centrais e outros	473	862
Imobiliário	461	570
Outros títulos de rendimento variável	140	-
	8 677	8 459

Não existem ativos no fundo de pensões utilizados pela sociedade ou representativos de títulos emitidos pelo Montepio Crédito.

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2015	2014
	Euros'000	Euros'000
Desvios actuariais no início do exercício	(1 363)	(2 081)
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos e condições dos planos	74	1 410
- (Ganhos) e perdas de experiência	(269)	(692)
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(1 558)	(1 363)

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

	2015	2014
	Euros'000	Euros'000
Saldo no início do exercício	19	38
Amortização por reservas	(19)	(19)
Desvios actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	-	19

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Custo do serviço corrente	287	251
Custo dos juros	197	255
Rendimento esperado do fundo	(211)	(312)
Contribuições dos empregados	(40)	(39)
Custos com pessoal	<u>233</u>	<u>155</u>

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 como segue:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
No início do exercício	573	1 446
Rendimento real do fundo	191	620
Contribuição dos participantes	40	39
Custo do serviço corrente	(287)	(251)
Custo dos juros	(197)	(255)
Ganhos e perdas actuariais	215	(1 026)
No final do exercício	<u>535</u>	<u>573</u>

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	2015	2014	2013	2012	2011
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Responsabilidades	8 141	7 886	6 357	5 089	3 695
Saldo dos fundos	8 676	8 459	7 802	7 493	6 474
Responsabilidades (sub)/ sobre financiadas	535	573	1 445	2 404	2 779
(Ganhos) e perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(215)	1 026	621	(1 394)	1 910
(Ganhos) e perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	20	(308)	68	(1 019)	16

37 Transações com partes relacionadas

A lista de partes relacionadas apresenta-se como segue:

Conselho de Administração

Jorge Humberto Cruz Barros de Jesus Luís

Fernando Paulo Pereira Magalhães

Pedro Miguel Almeida Alves Ribeiro

Pedro Jorge Gouveia Alves

Manuel de Pinho Baptista

Outras Partes Relacionadas

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (I.F.I.)

Banco Terra, S.A.

Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Bolsimo - Gestão Activos S.A.

Caixa Económica Montepio Geral

Carteira Imobiliária - Fundo Especial Invest. Imob. Aberto

Clínica CUF de Belém, S.A.

Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.

Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.

Finibanco Angola, S.A.

Finibanco Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Finipredial Fundo de Investimento Imobiliário Aberto

Fundação Montepio Geral

Fundo Capital de Risco Montepio Crescimento

Fundo de Pensões Montepio Geral

Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.

Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.

HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.

Iberpartners Cafés, SGPS, S.A.

Leacock Prestação de Serviços Limitada

Lestinvest, SGPS, S.A.

Lusitania Companhia Seguros, S.A.

Lusitania Vida Companhia Seguros, S.A.

Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.

Montepio - Capital de Risco, SCR, S.A.

Montepio Arrendamento - F.I.I.F. Para Arrendamento Habitacional

Montepio Arrendamento II - F.I.I.F. Para Arrendamento Habitacional

Montepio Arrendamento III - F.I.I.F. Para Arrendamento Habitacional

Montepio Geral Associação Mutualista

Montepio Gestao de Activos - S.G.F.I., S.A.

Montepio Gestao de Activos Imobiliarios, ACE

Montepio Holding, SGPS, S.A.

Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.

Montepio Investimento, S.A.

Montepio Recuperação de Crédito, ACE

Montepio Seguros SGPS, S.A.

Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

N Seguros, S.A.

Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.

Nebra Energias Renovables, S.L.

Novacambios - Instituição de Pagamento, S.A.

Pelican Mortgages I P Limited Company

Pelican Mortgages II P Limited Company

Pinto & Bulhosa, S.A.

Polaris - Fundo Inv. Imob. Fech. Subsc. Partic.

Portugal Estates Fund (Pef) - F U N I I F S P

Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A.

SAGIES - Segurança E Higiene No Trabalho, S.A.

SILVIP - Soc. Gestora Fundos Investimento Imobiliarios, S.A.

Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2015

Em 31 de Dezembro de 2015, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Crédito sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em outras instituições de crédito, Outros ativos, Recursos de outras instituições de crédito e Outros passivos são analisados como segue:

Empresas	2015					
	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Crédito Concedido	Outros Activos	Recursos de outras instituições de crédito	Outros passivos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	1 303	6 593	14	295 122	14	303 046
Montepio Holding S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	3 842	3 842
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	111	2	-	29	142
Montepio Geral - Associação Mutualista	-	174	-	-	3	177
Montepio Investimento, S.A.	-	55	13	-	-	68
Lusitânia Companhia de Seguros, S. A.	-	1 569	-	-	-	1 569
Futuro Sociedade Gestora Fundos de Pensões SA	-	122	-	-	-	122
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	-	182	-	-	-	182
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.,S.A.	-	106	-	-	-	106
N Seguros, S.A.	-	56	-	-	-	56
Montepio – Capital de Risco, SCR, S.A.	-	42	1	-	-	43
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	24	-	-	-	24
	<u>1 303</u>	<u>9 034</u>	<u>30</u>	<u>295 122</u>	<u>3 888</u>	<u>309 377</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Crédito sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em outras instituições de crédito, Outros ativos, Recursos de outras instituições de crédito e Outros passivos são analisados como segue:

Empresas	2014					
	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Outros Activos	Recursos de outras instituições de crédito	Outros passivos	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	-	2	446	272 859	4	273 311
Montepio Holding S.G.P.S., S.A.	-	-	-	-	1 291	1 291
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	-	1	-	29	30
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	-	-	40	-	2	42
	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>487</u>	<u>272 859</u>	<u>1 326</u>	<u>274 674</u>

Em 31 de Dezembro de 2015, os proveitos e custos do Montepio Crédito sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares, Outros proveitos de exploração, Juros e encargos similares e Outros custos de exploração, são analisados como segue:

Empresas	2015				
	Juros e rendimentos similares Euros '000	Outros proveitos de exploração Euros '000	Juros e encargos similares Euros '000	Outros custos de exploração Euros '000	Total Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	283	571	(3 944)	(100)	(3 190)
Montepio Geral Associação Mutualista	9	10	-	(46)	(27)
Montepio Investimento, S. A.	5	5	-	-	10
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	8	8	-	-	16
Finipredial - Fundo Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	(169)	(169)
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	1	112	-	-	113
Futuro Sociedade Gestora Fundos de Pensoes SA	5	5	-	-	10
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	9	11	-	-	20
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.,S.A.	3	3	-	-	6
N Seguros, S.A.	2	3	-	-	5
Montepio – Capital de Risco, SCR, S.A.	2	1	-	-	3
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	12	63	-	-	75
	<u>339</u>	<u>792</u>	<u>(3 944)</u>	<u>(315)</u>	<u>(3 128)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, os proveitos e custos do Montepio Crédito sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares, Outros proveitos de exploração, Juros e encargos similares e Outros custos de exploração, são analisados como segue:

Empresas	2014				
	Juros e rendimentos similares Euros '000	Outros proveitos de exploração Euros '000	Juros e encargos similares Euros '000	Outros custos de exploração Euros '000	Total Euros '000
Caixa Económica Montepio Geral	311	493	(6 566)	(174)	(5 936)
Montepio Geral Associação Mutualista	7	7	-	(44)	(30)
Montepio Investimento, S. A.	1	1	-	-	2
Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	10	9	-	-	19
Finipredial - Fundo Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	(168)	(168)
Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	5	329	-	(2)	332
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	1	112	-	-	113
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	12	63	-	-	75
	<u>347</u>	<u>1 014</u>	<u>(6 566)</u>	<u>(388)</u>	<u>(5 593)</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transações efetuadas com os mesmos constam na nota 9.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, não se efetuaram transações com o fundo de pensões do Montepio Crédito.

38 Securitização de ativos

A 31 de Dezembro de 2015 existem duas operações de titularização.

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 7 de Maio de 2014, o Montepio Crédito e a Caixa Económica Montepio Geral celebraram com a Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de cedência de créditos ao consumo por si originados no âmbito de uma operação de titularização de créditos (*Pelican Finance No. 1*). O prazo total da operação é de 14 anos, com *revolving period* de 18 meses e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 294.000 milhares de Euros (sendo o limite do Montepio Crédito de 117 500 milhares de euros). A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial apresentado 0,1871% das *Asset Backed Notes*. De referir ainda que, em Novembro de 2015, o período de *revolving* foi alargado por mais 24 meses tendo ficado com 42 meses no total.

À data de 31 de Dezembro de 2015, as operações de titularização efetuadas pelo Montepio Crédito são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante inicial Euros '000
<i>Pelican Finance No. 1</i>	Maio de 2014	Euro	Crédito ao consumo, crédito automóvel	117 500
				117 500

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2015, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial Euros '000	Valor nominal actual Euros '000	Interesse retido pelo Montepio Crédito (valor nominal) Euros '000	Data de reembolso	Rating das obrigações	
						Fitch	DBRS
<i>Pelican Finance No 1</i>	Class A	81 100	81 100	81 000	2028	A	A
	Class B	36 400	36 400	36 400	2028	-	-
	Class C	5 900	5 900	5 900	2028	-	-

39 Gestão de riscos

O Montepio Crédito mantém uma política conservadora na assunção dos riscos, expressa num nível máximo de alocação de fundos próprios, conforme métodos de cálculo internos, efetuados em função do perfil do cliente.

Não são permitidas operações que exijam níveis de alocação de capitais superiores aos determinados, razão pela qual, são rejeitadas todas as operações que não satisfaçam os diversos padrões de risco e outras que não se enquadrem na estratégia definida.

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos tornam-se fundamentais para a prossecução dos objetivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para o acionista.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: de crédito, de mercado (nas suas componentes taxa de juro, cambial, cotações e índices), de liquidez e operacional.

No plano regulamentar de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (“ICAAP”), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução nº 2/2010 de 15 de Fevereiro do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos de níveis de risco incorridos na atividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

A nova regulamentação impõe às instituições financeiras maiores responsabilidades já que as metodologias mais avançadas dependem da capacidade de desenvolvimento de modelos internos válidos, certificados e que sejam sensíveis aos riscos específicos de cada instituição.

Principais Tipos de Risco

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efetivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efetuados. Representa a componente de risco com maior relevo na atividade do Montepio Crédito.

A análise do risco de crédito assenta na avaliação do cliente, conjugada com o produto, as garantias, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente uma decisão fundamentada que pondere, de forma equilibrada, os diversos fatores do negócio.

Como ferramenta de apoio à decisão, o Montepio Crédito dispõe de um sistema de “*Credit Scoring*”. Esta ferramenta consiste na aplicação de técnicas estatísticas que procuram medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento.

A Direção de Controlo de Crédito tem como principal objetivo garantir a qualidade da carteira de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vencido e vincendo. Compete a esta Direção, o estudo

dos clientes da carteira, identificando antecipadamente aqueles que apresentem uma probabilidade elevada de incumprimento das suas responsabilidades, prevenindo situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, tipifica e acompanha o nível de gravidade de incumprimento dos clientes.

Estão disponíveis sistemas de alerta, destinados à estrutura comercial, sobre situações atípicas existentes nos diversos pontos de venda, de forma a determinar aqueles que, pelos clientes angariados ou pelas práticas utilizadas, representam maior risco na concessão de crédito.

Para fazer face aos riscos de crédito são constituídas provisões de acordo com o estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal. Em caso de necessidade constituem-se provisões extraordinárias em conformidade com o risco a cobrir.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Montepio Crédito ao risco de crédito:

	2015	2014
	Euros '000	Euros '000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 338	39
Crédito a clientes	341 934	312 469
Activos financeiros detidos para negociação	-	8
Activos financeiros disponíveis para venda	123 432	123 432
Outros activos	1 404	2 194
Garantias e avals prestados	81 000	81 000
	549 108	519 142

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na probabilidade de ocorrência de perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais decorrentes de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios, cotações e índices).

O Montepio Crédito está apenas exposta ao risco de taxa de juro.

Na sua atividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial, originada por eventual incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelas contrapartes) e de risco de mercado (máxima perda potencial, originada pela alteração de valor de um instrumento financeiro, em resultado de variações de taxas de juros, de taxas de câmbio ou de cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, normalmente em termos líquidos. Embora constituam a medida de volume mais usual neste tipo de mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado, relacionados com as respetivas operações. Para derivados de taxa de juros ou de taxa de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os *Swaps* de taxa de juro correspondem quer a operações de cobertura, quer a operações de negociação, relativas a uma troca de juros inerentes a um conjunto de fluxos financeiros, expressos na mesma moeda, mas onde não se verifica a troca da componente de capital que está sujeita a risco de mercado e a risco de crédito.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado como estando ao justo valor através de resultados (“*fair value option*”).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face ao cumprimento de compromissos assumidos, por indisponibilidade, ou dificuldades de obtenção de fundos líquidos nos mercados monetários.

O risco de liquidez do Montepio Crédito é controlável, devido aos seguintes aspetos:

- não receção de depósitos;
- previsão dos fluxos de entrada das rendas a cobrar aos clientes; e
- limitação da concessão de crédito.

Para fazer face às necessidades de financiamento da atividade, decorrente da concessão de crédito, tem-se optado pela titularização de ativos e pelo recurso ao financiamento direto no sistema bancário, com particular incidência no Montepio.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas informáticos, dos procedimentos instituídos e adotados, de erros dos recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

O Montepio Crédito tem implementada uma plataforma de captura de eventos de Risco Operacional, bem como uma plataforma de controlo, que classifica e quantifica esses mesmos eventos. É emitido periodicamente um relatório aos órgãos internos com um resumo dos eventos existentes.

Existe um *report* mensal para a Caixa Económica Montepio Geral que integra a informação do Montepio Crédito na ferramenta de Gestão Integral do Risco Operacional (GIRO).

Esta ferramenta está disponível na Intranet e é utilizada para efeitos de:

- Elaboração de mapa de atividades, risco e controlos, de periodicidade anual;
- Realização da autoavaliação e validação da mesma que consiste em, identificar a exposição potencial ao risco operacional, o seu perfil de risco e priorizar eventuais ações de mitigação em função dos riscos e controlos identificados; e
- Utilização de *KRI's* com o objetivo de antecipar a ocorrência de perdas e permitir atuações preventivas.

Risco taxa de Juro

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar II) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, o Montepio Crédito calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“BIS”) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

2015					
	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	6 meses a 1 ano Euros '000	1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
Activo	157 535	7 404	7 926	110 947	50 211
Fora de balanço	-	-	-	17 902	-
Total	157 535	7 404	7 926	128 849	50 211
Passivo	257 500	37 094	-	1 974	-
Fora de balanço	-	17 902	-	-	-
Total	257 500	54 996	-	1 974	-
GAP (Activos - Passivos)	(99 965)	(47 592)	7 926	126 875	50 211

Face aos gaps de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2015, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 pb motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 1.168.273.

2014					
	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	6 meses a 1 ano Euros '000	1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
Activo	148 537	4 244	6 038	103 911	39 286
Fora de balanço	200 000	-	-	17 902	-
Total	348 537	4 244	6 038	121 813	39 286
Passivo	246 176	25 000	-	-	-
Fora de balanço	-	17 902	200 000	-	-
Total	246 176	42 902	200 000	-	-
GAP (Activos - Passivos)	102 361	(38 658)	(193 962)	121 813	39 286

Face aos gaps de taxa de juro observados, em 31 de Dezembro de 2014, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 pb motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 388.547.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Montepio Crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, bem como os respetivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

Produtos	2015			2014		
	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos / Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	342 689	7%	22 454	306 168	8%	22 875
Disponibilidades	649	-	-	102	-	-
Carteira de Títulos	124 414	-	-	99 074	-	-
Aplicações interbancárias	-	-	-	-	-	-
Total Aplicações	<u>467 752</u>		<u>22 454</u>	<u>405 344</u>		<u>22 875</u>
Recursos						
Outros recursos	275 911	3%	6 891	261 498	3%	6 566
Swaps	-	-	5 658	-	-	5 536
Total Recursos	<u>275 911</u>		<u>12 549</u>	<u>261 498</u>		<u>12 102</u>

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Montepio Crédito está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais (2013/36/UE), estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam rácios mínimos de fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e de fundos próprios totais em relação aos ativos ponderados pelo risco, os quais deverão ser cumpridos pelas instituições. Desde o ano de 2014 as indicações prudenciais baseiam-se na nova legislação de Basileia III de acordo com o Regulamento nº 575/2013 do Parlamento Europeu.

De acordo com as regras prudenciais de Basileia III, os Fundos Próprios do Montepio Crédito dividem-se em Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1), Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1) e Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2), com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a goodwill apurado, outros ativos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados (já incluídos em resultados transitados), bem como a diferença, se positiva, entre o ativo e as responsabilidades do fundo de pensões. As participações financeiras em entidades do sector financeiro e os ativos por impostos diferidos têm tratamento diferenciado, face a Basileia II, na nova regulamentação de Basileia III. São deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 17,65% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos estarão sujeitos a ponderação de 250% para o total dos ativos ponderados pelo risco. Relativamente às participações em instituições financeiras, a eventual dedução é realizada proporcionalmente ao correspondente nível de capital detido. Entre a implementação desta nova regulamentação prudencial em 2014 e 2018 irá vigorar um período transitório que permitirá o reconhecimento gradual dos maiores impactos desta nova regulamentação. Destaque para o plano transitório aplicado aos cativos por impostos diferidos e desvio atuarial negativo do fundo de pensões que permite ir reconhecendo 20% ao ano os eventuais efeitos negativos das novas normas. Também as reservas de justo valor estão sujeitas a plano transitório de 20% ao ano, estando contudo excluídas deste plano as reservas de justo valor relativas a posições em risco sobre Administrações Centrais. Esta exclusão deixará de vigorar após a adoção pela Comissão Europeia de um regulamento com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 que aprobe a Norma Internacional de Relato Financeiro que venha a substituir a norma IAS 39.

- **Fundos Próprios de Nível 1 ou *Tier 1* (T1):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 52º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T1 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

- **Fundos Próprios de Nível 2 ou *Tier 2* (T2):** Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam de acordo com o artigo 63º do Regulamento 575/2013 e aprovadas pelo Banco de Portugal. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T2 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de capital referidos anteriormente.

Tal como referido anteriormente, até 2018 os efeitos da nova regulamentação de Basileia III irão sendo gradualmente introduzidos. Este processo usualmente designa-se por *Phasing-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios é designada por *Full Implementation*. Atualmente encontra-se em vigor o processo *Phasing-in*, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respetivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é refletida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (antes designado por rácio de solvabilidade, representado pelo correspondente nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios). Para estes rácios são indicados mínimos regulamentares pelo Banco de Portugal, tendo sido determinados para 2015 os rácios mínimos de 7% para o CET1 e de 8% para o Capital total.

De acordo com o CRD IV/CRR, as instituições devem reportar rácios *Common Equity Tier 1*, *Tier 1* e *Total* não inferiores a 7%, 8,5% e 10,5%, respetivamente, o que inclui *conservation buffer* de 2,5%, as beneficiando de um período transitório que decorrerá até ao final de 2018.

Os valores de fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com as metodologias da CRD IV/CRR anteriormente referidas são as seguintes:

	2015 Euros '000	2014 Euros '000
Capital Common Equity Tier 1		
Capital realizado	30 000	30 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	2 518	(7 927)
Outros ajustamentos regulamentares	(3 117)	(3 271)
	<u>29 401</u>	<u>18 802</u>
Capital Tier 1		
Outros instrumentos de Capital	-	-
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<u>29 401</u>	<u>18 802</u>
Capital Tier 2		
Empréstimos Subordinados	7 138	10 712
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<u>7 138</u>	<u>10 712</u>
Fundos próprios totais	<u>36 539</u>	<u>29 514</u>
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	19 354	19 372
Risco operacional	1 842	1 381
Outros requesitos	342	379
	<u>21 538</u>	<u>21 132</u>
Rácios Prudenciais		
Rácio Common Equity Tier 1	10,9%	7,1%
Rácio <i>Tier 1</i>	10,9%	7,1%
Rácio de Capital Total	13,6%	11,2%

40 Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Montepio Crédito aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação apenas teve impacto nas demonstrações financeiras intercalares do Montepio Crédito.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de Janeiro de 2015).

• *IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”*

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

• *IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

• *IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios*

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

• *IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio*

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

O Montepio Crédito não registou quaisquer impactos relevantes na aplicação destas melhorias nas suas demonstrações financeiras.

O Montepio Crédito decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O Montepio Crédito não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de Fevereiro de 2015).

• *IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)*

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

• *IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais*

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

• *IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa*

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

• *IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo*

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial.

De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

• *IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada*

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

• *IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão*

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O Montepio Crédito não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

• *IFRS 5 – Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição*

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

• *IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados*

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

• *IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas*

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações à IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

• *IAS 19 – Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional*

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade, utilizadas para estimar a taxa de desconto, devem ser determinadas considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

• *IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"*

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A da IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O Montepio Crédito não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27 – Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

O Montepio Crédito não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Montepio Crédito

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

O Montepio Crédito iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades do Montepio Crédito, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Montepio Crédito.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante.

O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Montepio Crédito encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável ao Montepio Crédito.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras. Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Montepio Crédito ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“*Bearer Plants*”) (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro).

O Montepio Crédito não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Alteração às políticas contabilísticas a introduzir em 1 de Janeiro de 2017

Impacto da IAS 39 - Instrumentos financeiros

O Banco de Portugal em 30 de Dezembro de 2015 emitiu o Aviso nº 5/2015 que estabelece que as entidades sujeitas à sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, revogando assim o Aviso nº 1/2005, que estabelecia que as demonstrações financeiras individuais do Montepio Crédito deviam ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's).

O novo Aviso entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016, no entanto, a regime transitório previsto no Aviso determina que, até 31 de Dezembro de 2016, as instituições financeiras de crédito devem elaborar as suas demonstrações financeiras, em base individual, de acordo com as normas de contabilidade que lhes eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2015, nos termos em que vigoravam nessa data.

41 Contingências

Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução ('FR'), o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma. Assim, e desde a sua constituição, o Banco procedeu à contribuição inicial para o FR, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei e às contribuições periódicas de 2013 e 2014, nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei.

No dia 3 de Novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de Abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de Fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida.

O Fundo de Resolução emitiu em 15 de Novembro de 2015 um comunicado afirmando: “esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota.”

Subsequentemente, após a emissão do referido comunicado do FR, no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., o Banco de Portugal deliberou, conforme comunicado de 29 de Dezembro de 2015, a transferência para a esfera da responsabilidade do FR de “...eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução [do Banco Espírito Santo, S.A.], de que resultem responsabilidades ou contingências.”. De acordo com a informação pública disponível, o volume de litigância associado a este processo é elevado, não estando devidamente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas nestas litigâncias ou em eventuais perdas decorrentes da alienação do Novo Banco.

Adicionalmente, o Banco de Portugal determinou, em 19 e 20 de Dezembro de 2015, uma medida de resolução sobre o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF'), não estando igualmente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas com este processo.

Nessa conformidade, à data de 31 de Dezembro de 2015, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor das eventuais perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo ou das eventuais perdas a incorrer pelo FR na sequência da resolução do BANIF e da forma como as mesmas poderão vir a afetar o Banco, quanto ao montante e tempestividade de futuras contribuições.

42 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 479.898 milhares de euros e um total de capital próprio de 32.518 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8.927 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de Abril de 2016



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas do

Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único do **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, **sem reservas e sem ênfases**, decorrente do exame realizado, que para os devidos efeitos consideramos aqui reproduzida.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado relatório de gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 7 de Abril de 2016

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)